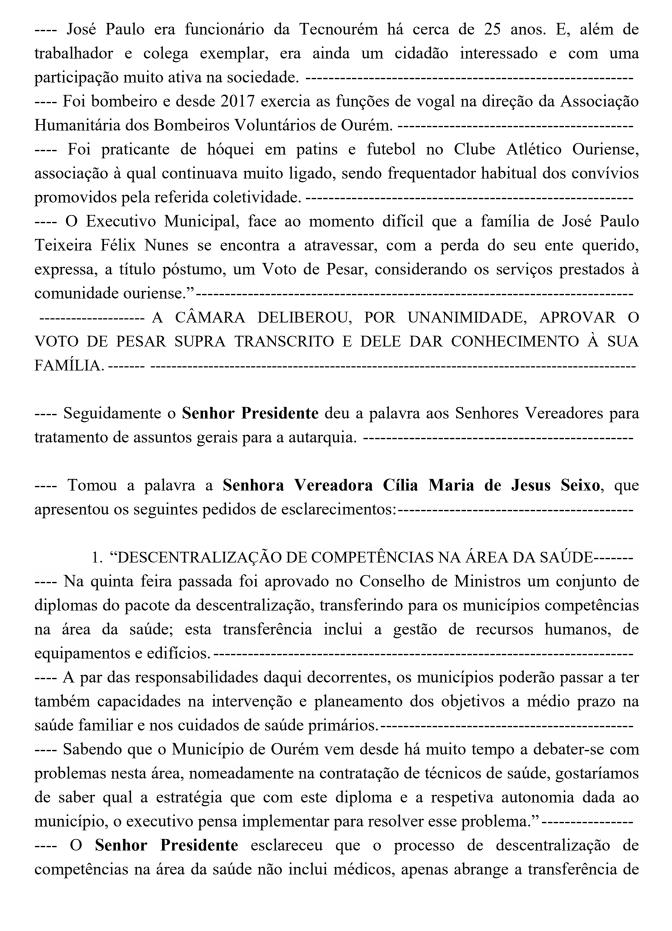


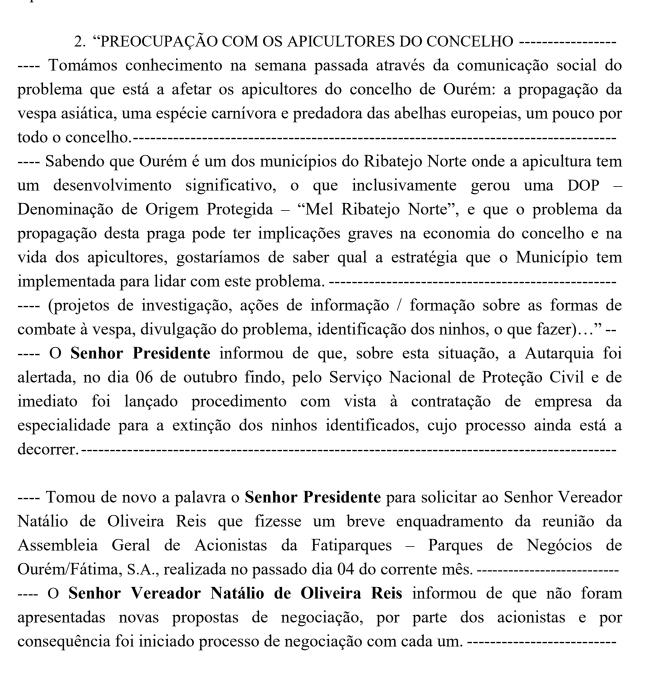
ATA N.º 26 (REUNIÃO PRIVADA)

Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, na Cidade
de Ourém, no edificio sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada,
reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do
Excelentíssimo Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO
COUTINHO ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: CÍLIA MARIA DE JESUS
SEIXO, NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ AUGUSTO DIAS DOS REIS, MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, RUI MANUEL SIMÕES
VITAL e ESTELA AUGUSTA RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves,
Chefe da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente
ooxxxoo
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra para proceder à entrega, aos Senhores Vereadores
do Partido Socialista, documentos escritos, constantes dos Apêndices I e II, da
presente ata, em resposta aos seus pedidos de esclarecimentos apresentados na reunião
de 05 de novembro de 2018
De seguida o Senhor Presidente apresentou ainda o voto de pesar, que se passa a
transcrever: "Faleceu no passado dia 10 de novembro José Paulo Teixeira Félix Nunes,
ouriense de 58 anos, casado, pai de dois filhos.
Uma fatalidade ceifou a vida deste cidadão ouriense, muito respeitado, admirado e
querido na sua terra

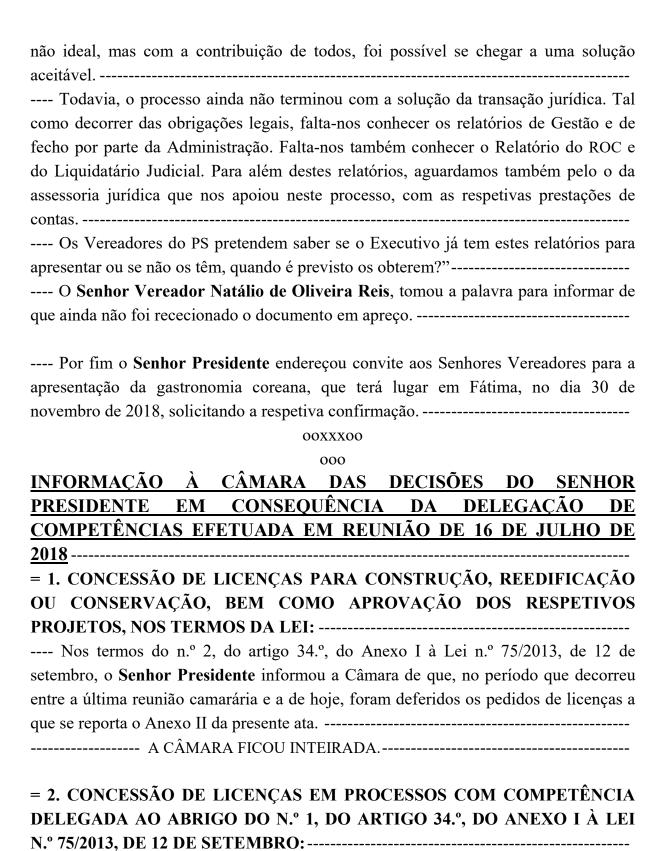




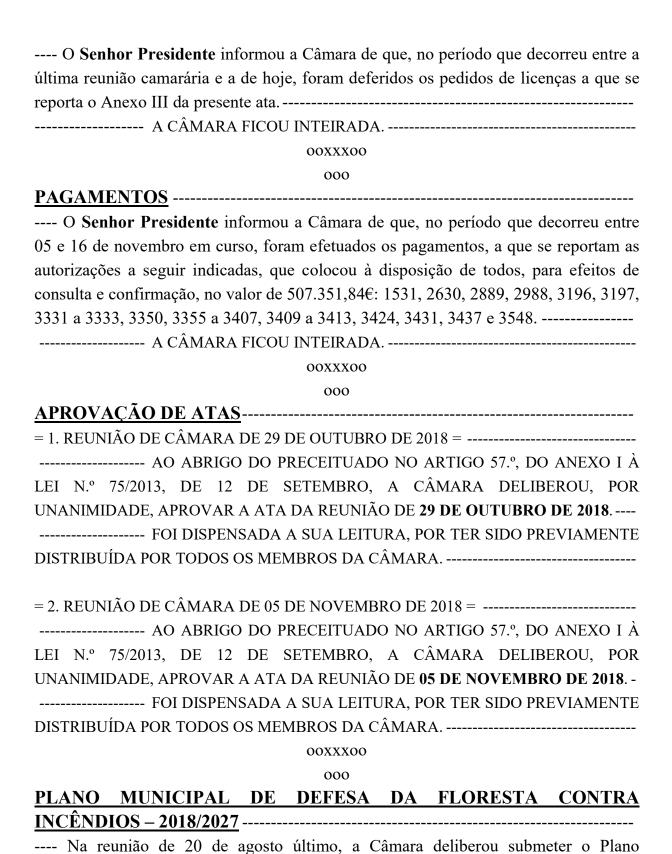
instalações e pessoal auxiliar. Adiantou ainda que durante o mês de janeiro de 2019 serão apresentados dados e valores concretos referentes a essa transferência, sendo que, até 30 de abril de 2019, o Município terá de decidir se concorda ou não com aquela transferência.------



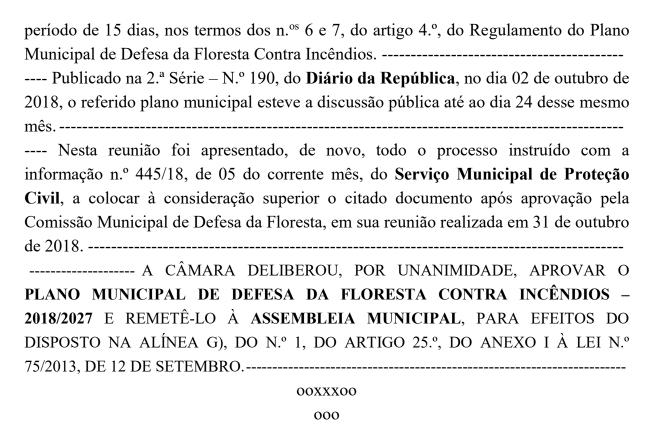
---- Seguidamente tomou a palavra o **Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis**, para apresentar a seguinte questão: "Já passaram alguns meses em que o processo da MaisOurém teve o desfecho jurídico que conhecemos, o qual embora de uma forma







Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourém a consulta pública, pelo



AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO QUARTEL DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA ------

---- Termina a propor, em complemento ao citado apoio financeiro, a doação de uma parcela de terreno, sita na Avenida D. José Alves Correia da Silva, na Cidade de Fátima, com a área de 785,20 m², a confrontar a norte com José Vieira, a sul com Joaquim Pereira dos Reis, a nascente com Avenida D. José Alves Correia da Silva e a poente com António Vieira, inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo 17451 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 3448, pelo valor de 126.000,00€, conforme relatório de avaliação elaborado por perito

avaliador.-----avaliador.-----

------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO A CELEBRAR, CONSTANTE DO ANEXO IV DA PRESENTE ATA;-----SEGUNDO – DOAR À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA, A PARCELA DE TERRENO SUPRA DESCRITA, AVALIADA EM 126.000,00 EUROS, COMO CONTRAPARTIDA NA CONSTRUÇÃO DO SEU NOVO QUARTEL; ------TERCEIRO – SOLICITAR AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, PARA REPARTIR, DO MODO A SEGUIR DESCRITO, OS ENCARGOS DECORRENTES DA AQUISIÇÃO DAS PARCELAS DE TERRENO EM OUESTÃO: ---- -----------ANO 2018 – 100.000,00 EUROS; -----• ANO 2019 – 200.000,00 EUROS; ------ANO 2020 – 200.000,00 EUROS. --------- O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração política: "O dia 19 de novembro de 2018 conheceu mais um capítulo sobre a construção do novo quartel dos bombeiros de Fátima. ---------- Ao contrário da história recente, hoje, com a aprovação deste protocolo de colaboração para a aquisição dos terrenos com vista a construção do quartel em Fátima, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima vê finalmente, e sublinho, finalmente, a concretização de um passo significativo para suprimir a necessidade urgente no que diz respeito às suas infra-estruturas.--------- Não é preciso ter muita memória para recordar que no anterior executivo este assunto conheceu demasiados avanços e recuos, com diversas adversidades e abordagens nos mais diversos fóruns, sem qualquer tradução ou concretização prática. --------- Com este protocolo de apoio assumido perante a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, estamos muito satisfeitos porque conseguimos traduzir o discurso e as promessas panfletárias em compromissos sérios e duradouros e trocar a displicência na condução do assunto pela tenacidade na gestão e solução.--------- Ao fim de anos a ouvir e a conhecer a insustentabilidade da situação, é com este executivo municipal a que muito me honra presidir, que viramos a página e caminhamos rapidamente para a execução de um objectivo colectivo. ---------- Aproveitamos este momento significativo para saudar todas as direcções desta Associação Humanitária que, neste quadro exigente, sempre foram capazes de ultrapassar e suportar todos os imprevistos e as expectativas respeitantes à construção do novo quartel."-----



ooxxxoo

000

<u>CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE</u> -----

- Ano económico de 2019 61.000,00€;-----
- Ano económico de 2020 61.000,00€;-----
- Ano económico de 2021 − 61.000,00€.------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -------



•	ANO 2019 – 61.000,00 EUROS;
•	ANO 2020 – 61.000,00 EUROS;

ooxxxoo

000

ANO 2021 – 61.000,00 EUROS.-----

<u>CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO</u> (TESOURARIA) – 2019 ------

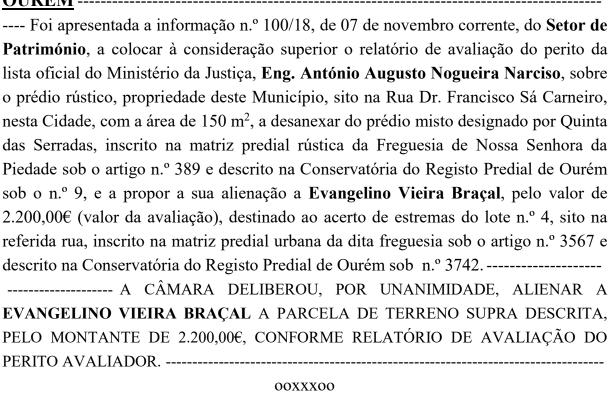
---- Na reunião de 05 de novembro em curso, a Câmara deliberou incumbir o Chefe da

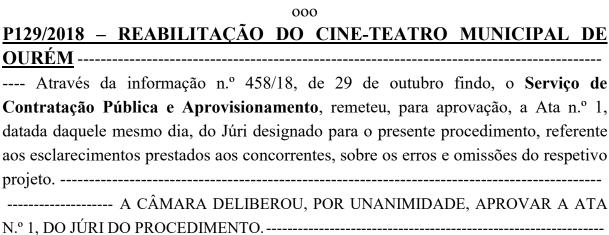
Divisão de Gestão Financeira de proceder à análise das propostas então apresentadas por diversas instituições financeiras com estabelecimento no Concelho, para a contratação do empréstimo indicado em epígrafe, no valor de 1.500.000,00€. --------- Em cumprimento daquela deliberação, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, prestou a sua informação n.º 115/18, datada de 13 do mês em curso, a propor a adjudicação do citado empréstimo, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria -C.R.L., sendo aplicável a taxa Euribor a 3 meses e um spread de 0,294% e bem assim as demais condições expressas na sua proposta. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: ------PRIMEIRO – REMETER AS PROPOSTAS APRESENTADAS À ASSEMBLEIA SOLICITANDO Α AUTORIZAÇÃO NECESSÁRIA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO, NOS TERMOS DA ALÍNEA F), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.°, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;------SEGUNDO – CASO SEJA CONCEDIDA A NECESSÁRIA AUTORIZAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CELEBRAR COM A CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA – C.R.L., COM SEDE NO LARGO CÂNDIDO DOS REIS, N. OS 19 A 25, EM LEIRIA, O "EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019", COM INÍCIO A 01 DE JANEIRO E TÉRMINO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019, NO MONTANTE DE 1.500.000,00€, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES CONSTANTES DA RESPETIVA PROPOSTA;-----TERCEIRO – NÃO EFETUAR A AUDIÊNCIA PRÉVIA DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS CONCORRENTES, CONFORME PREVÊ A ALÍNEA A), DO N.º 1, DO CÓDIGO **PROCEDIMENTO ARTIGO** 124.°, DO DO ADMINISTRATIVO, CONSIDERANDO A URGÊNCIA DA CONCLUSÃO DO PROCESSO. ------

ooxxxoo



ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE – OURÉM ------



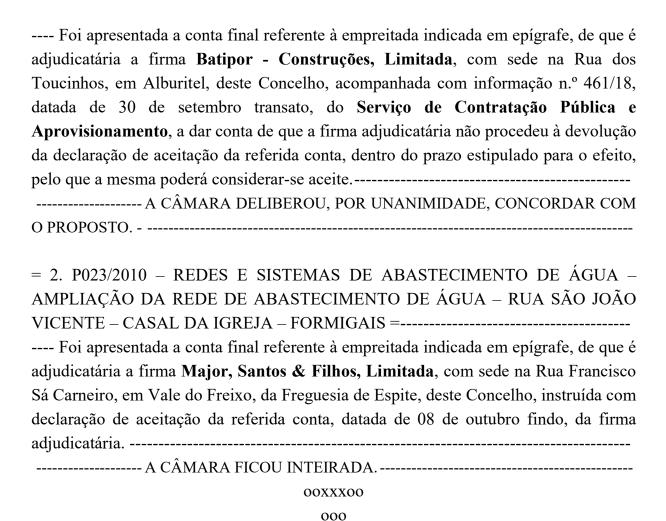


ooxxxoo

000

CONTAS FINAIS -----
= 1. P017/2010 - REDES E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - AMPLIAÇÃO E RAMAIS DOMICILIÁRIOS - ESTRADA DAS GALEGAS - GONDEMARIA - OURÉM =-------



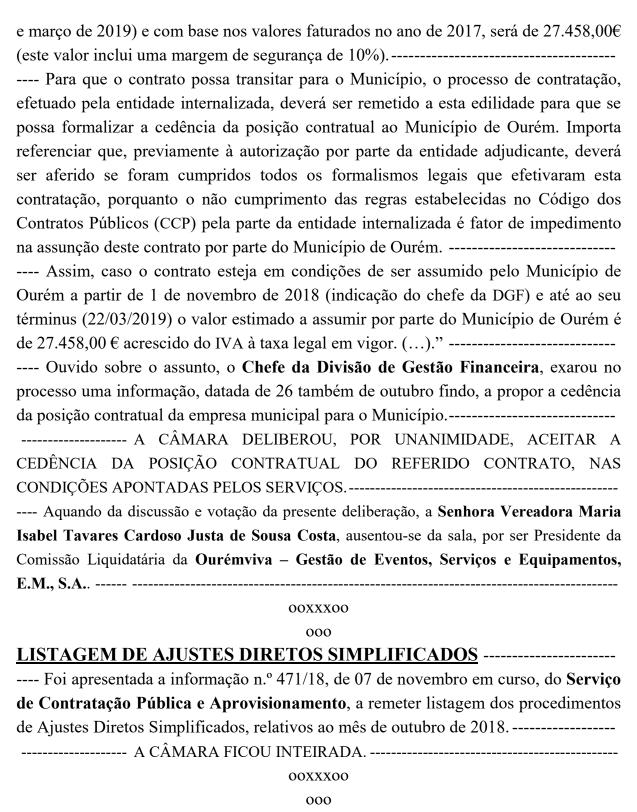


OURÉMVIVA - GESTÃO DE EVENTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS, E.M., S.A.

= CEDÊNCIA DE POSIÇÃO CONTRATUAL = ------

---- No âmbito do assunto mencionado em subtítulo e no seguimento do processo de dissolução da Ourémviva – Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A., foi apresentada a informação n.º 448/18, de 25 de outubro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento, a esclarecer conforme se passa a transcrever: "(...) O contrato de fornecimento de Gás Combustível Canalizado para a piscina de Caxarias (cópia em anexo) celebrado, entrou em vigor, conforme informação disponibilizada pela OURÉMviva EM SA, a 23 de março de 2005, por um

informação disponibilizada pela OURÉMviva EM SA, a 23 de março de 2005, por um período de 5 anos, sendo automaticamente renovado por períodos de 1 ano (termina a 22/03/2019). O valor de consumo anual verificado na piscina de Caxarias no ano de 2017 foi de 32.584,77€, sendo que nos meses de Verão o consumo de gás é inferior aos meses de inverno. A média estimada nos meses de inverno (entre outubro de 2018

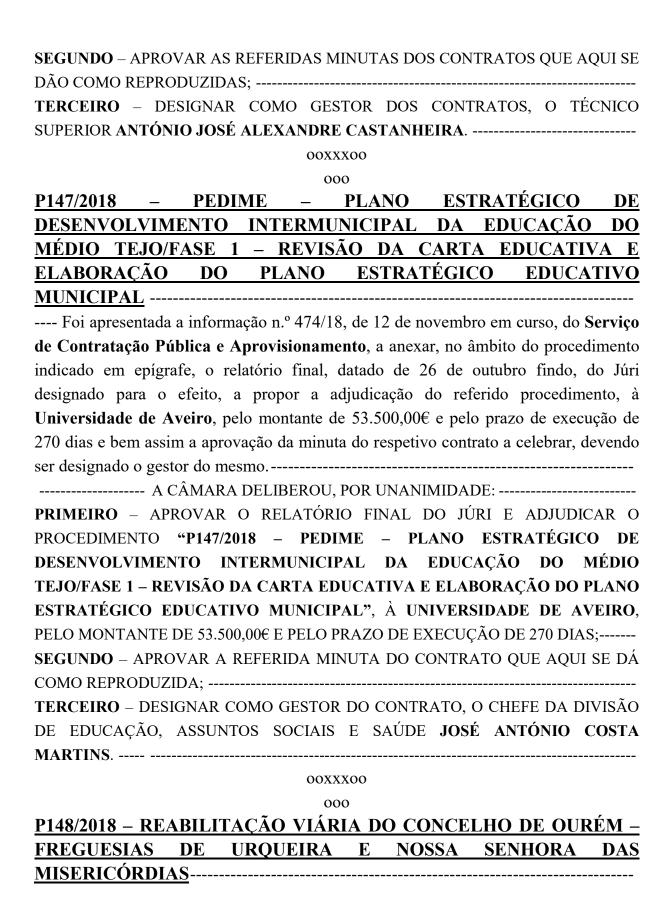


<u>P088/2018 – PEDIME – CENTRO LOCAL PARA PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (CLPSE) – CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RECURSOS HUMANOS) PARA INTEGRAR EQUIPA</u>

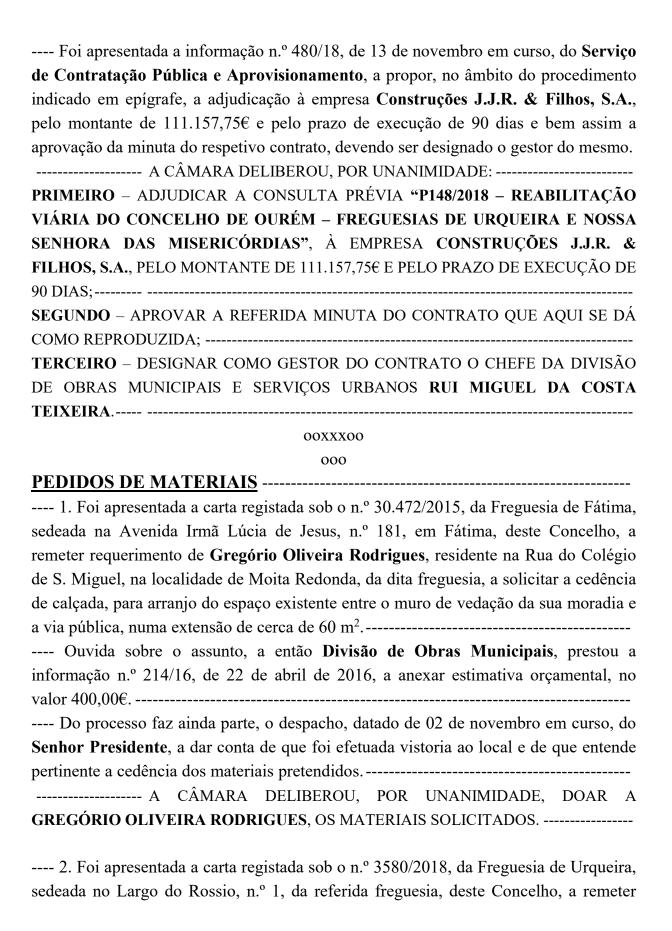


MULTIDISCIPLINAR DE 5 PESSOAS POR UM PERÍODO DE 18
<u>MESES</u>
Foi apresentada a informação n.º 473/18, de 09 do mês em curso, do Serviço de
Contratação Pública e Aprovisionamento, a anexar, no âmbito do procedimento
indicado em epígrafe, o relatório final, datado 18 de outubro findo, do Júri designado
para o efeito, a propor conforme se passa a transcrever: "() propõe-se:
a) A adjudicação da contratação de prestação de serviços (recursos humanos) para
integrar equipa multidisciplinar de 5 pessoas por um período de 18 meses,
através de Concurso Público ao abrigo da alínea b), do nº 1 do artigo 20.º do
Código dos Contratos Públicos às seguintes empresas:
- Lote 1 – PRECISE, S.A. pela importância de 84.210,30€ - oitenta e quatro mil
duzentos e dez euros e trinta cêntimos (excluindo o IVA), e pelo prazo de 18
meses;
- Lote 2 - ESPALHA IDEIAS - Atividades de Tempos Livres, LDA, pela
importância de 35.945,28€ - trinta e cinco mil novecentos e quarenta e cinco
euros e vinte e oito cêntimos (excluindo o IVA), e pelo prazo de 18 meses;
- Lote 3 - PRECISE, S.A. pela importância de 28.070,10€ - vinte e oito mil e
setenta euros e dez cêntimos (excluindo o IVA), e pelo prazo de 18 meses
b) Designação do Gestor do Contrato (Artigo 290.º-A do CCP);
c) Aprovação das Minutas de Contrato que se anexam (n.º 1 do artigo 98.º do
CCP). ()."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE:
PRIMEIRO – APROVAR O RELATÓRIO FINAL DO JÚRI E ADJUDICAR A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS "P088/2018 – PEDIME – CENTRO LOCAL PARA
PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (CLPSE) – CONTRATAÇÃO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (RECURSOS HUMANOS) PARA INTEGRAR
EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE 5 PESSOAS POR UM PERÍODO DE 18 MESES",
ÀS SEGUINTES EMPRESAS:
➤ LOTE 1 – À EMPRESA PRECISE, S.A., PELO MONTANTE DE 84.210,30 EUROS
E PELO PRAZO DE 18 MESES;
➤ LOTE 2 – À EMPRESA ESPALHA IDEIAS – ATIVIDADES DE TEMPOS
LIVRES, LIMITADA, PELO MONTANTE DE 35.945,28 EUROS E PELO PRAZO
DE 18 MESES;
➤ LOTE 3 – À EMPRESA PRECISE, S.A., PELO MONTANTE DE 28.070,10 EUROS E PELO PRAZO DE 18 MESES:
E. PELLI PK A / U. DE LX IVIENEN'

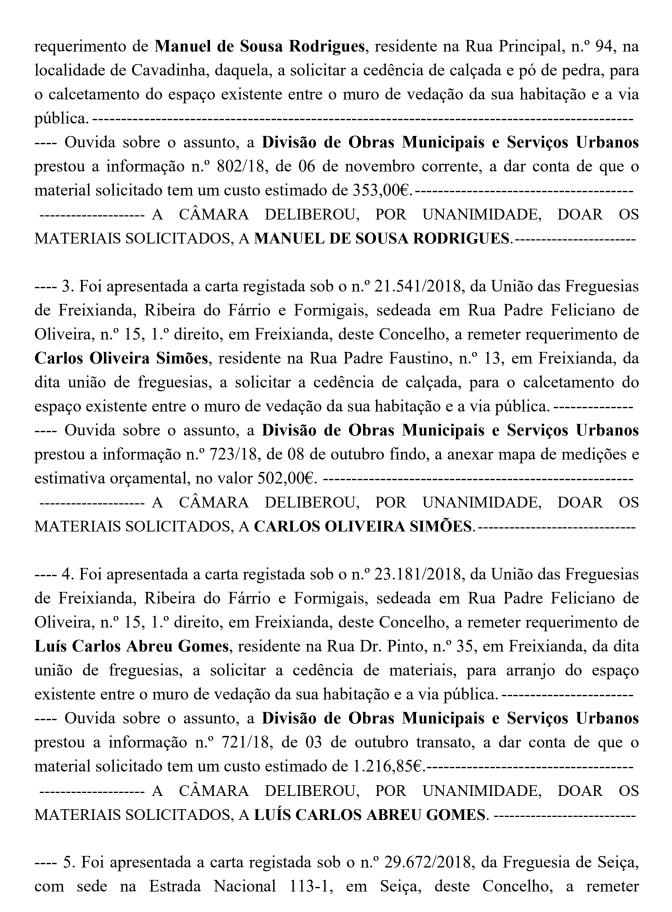




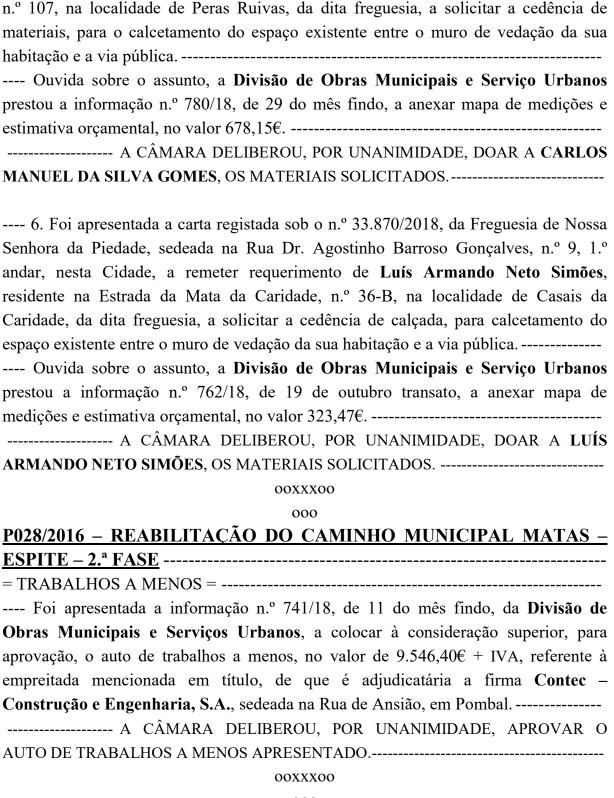






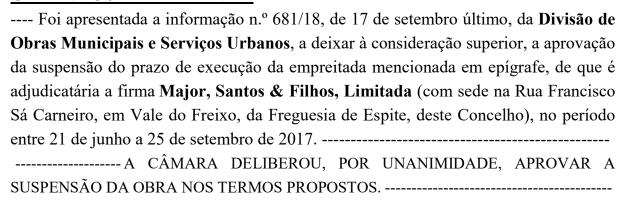


requerimento de Carlos Manuel da Silva Gomes, residente na Rua Domingos Dias,





<u>P001/2017 – REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE NOSSA SENHORA DOS</u> <u>CAMINHOS – FREIXIANDA</u> ------



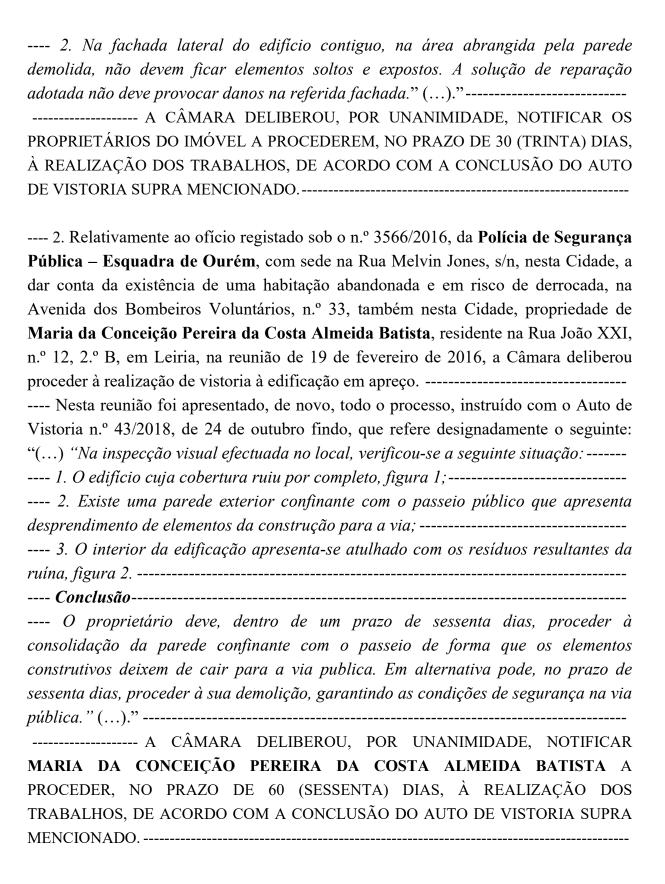
ooxxxoo

000

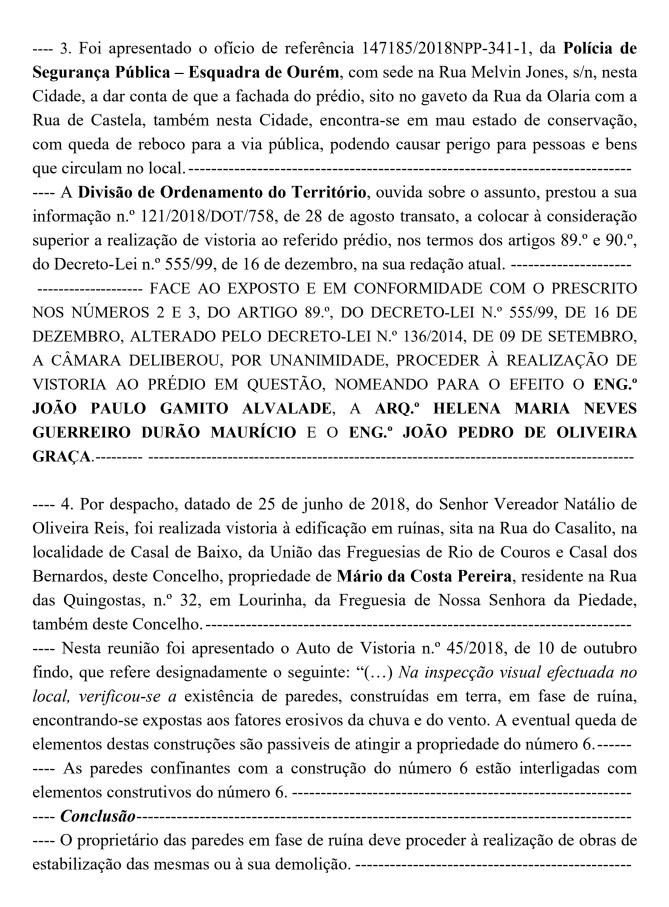
<u>BENEFICIAÇÃO/DEMOLIÇÃO DE EDIFICAÇÃO – SEGURANÇA E SALUBRIDADE PÚBLICAS ------</u>

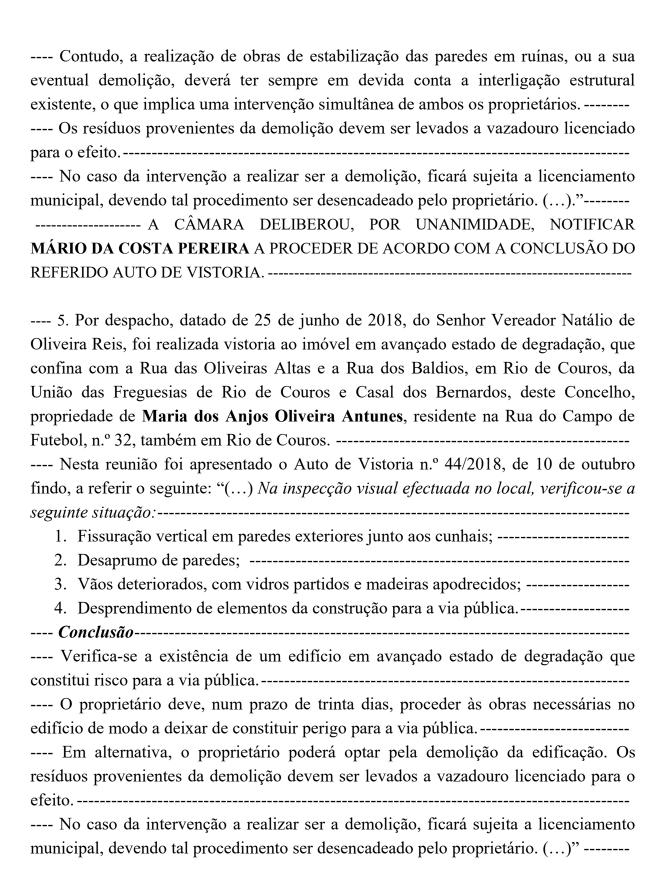
---- 1. Na reunião de 18 de junho último, na presença de carta registada sob o n.º 21.253/2017, de Luís Cunha, a dar conta da existência de um imóvel abandonado na Rua dos Castelos, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, propriedade de Artur António Reis Neves e Zaida Tavares Rosa, residentes na Rua D. Afonso, IV Conde de Ourém, da dita freguesia, a Câmara deliberou proceder à realização de vistoria ao imóvel em causa. ---------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Auto de Vistoria n.º 38/2018, de 12 de setembro último, que refere designadamente o seguinte: "(...) "Verifica-se a existência de uma parede de fachada, fachada sul, confinante com a via, pertencente a um edifício. O edifício em causa encontra-se demolido à exceção da referida parede de fachada. Os vãos de fachada foram emparedados e a vegetação, mencionada na exposição com SGD n.º 21253/2017, foi retirada.--------- No topo da parede de fachada existem telhas, pertencente ao beirado, as quais se encontram em fase de desprendimento para a via pública, colocando em risco os utilizadores da via. ---------- Na sequência da demolição verifica-se também que a fachada lateral do edifício contiguo, situado a nascente, ficou desprotegida, com elementos soltos e com telas de impermeabilização à vista. ---------- Conclusão:--------- O proprietário deve, num prazo de trinta dias:--------- 1. Proceder à retirada das telhas no topo da fachada sul de modo a deixarem de constituir risco para a via. ------



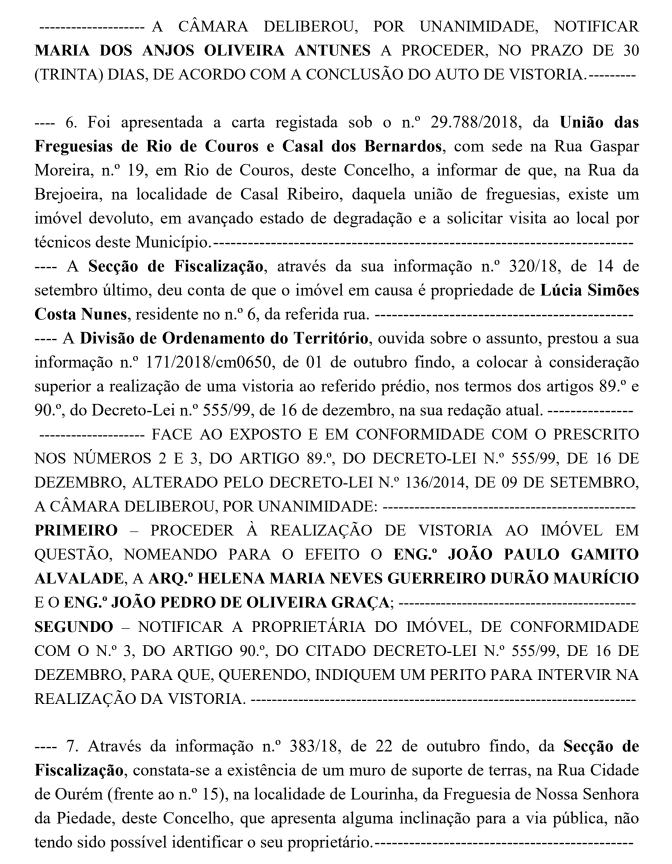


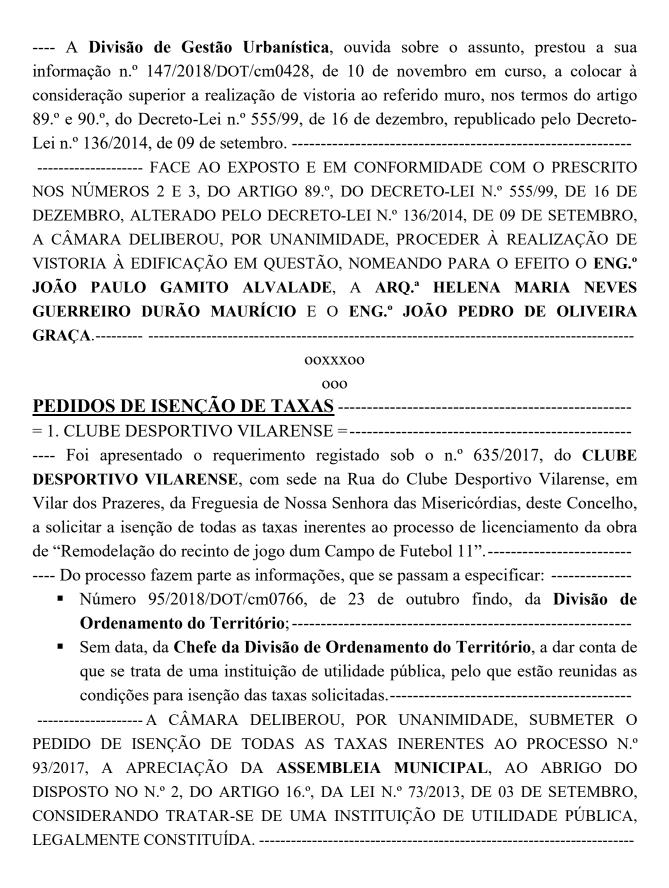




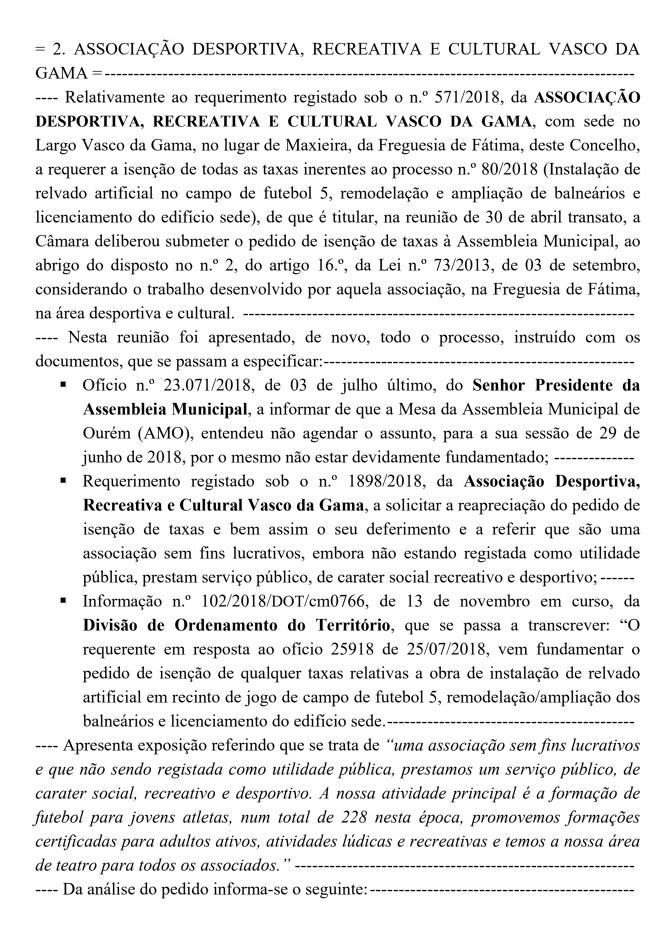








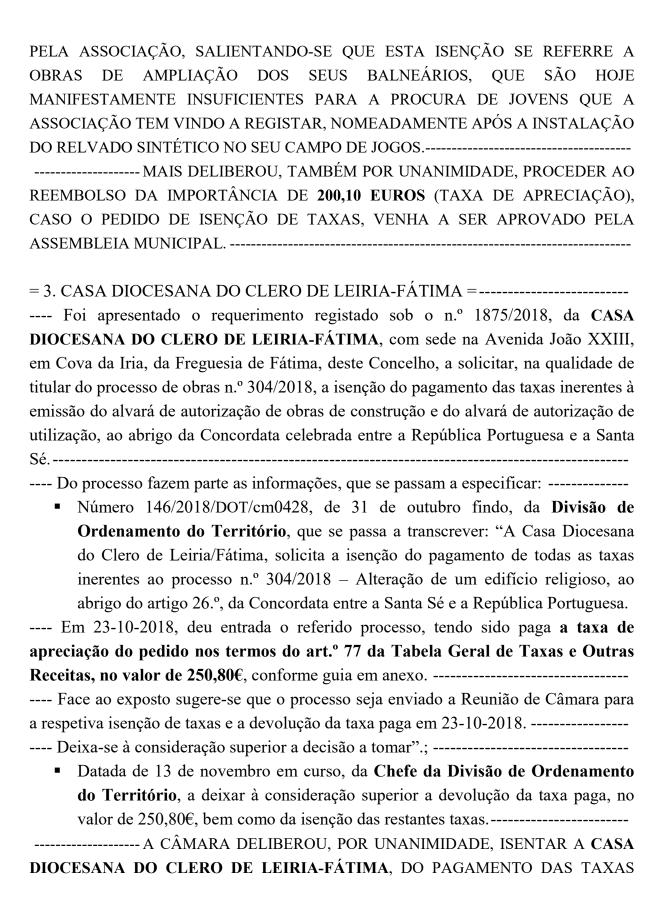




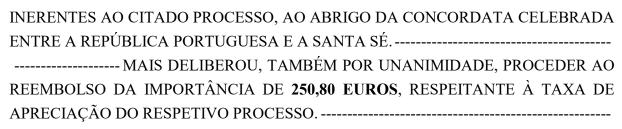
---- Nos termos do n. º1 do artigo 34.º do Regulamento e Tabela de Taxas do

Município de Ourém: "Estão isentos do pagamento de taxas as entidades públicas ou privadas desde que beneficiem expressamente do regime de isenção previsto em preceito legal". --------- Segundo o n.º 1 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro): "O Estado, as Regiões Autónomas e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendendo os institutos públicos que não tenham caráter empresarial, bem como os municípios e freguesias e as suas associações, estão isentos de pagamento de todos os impostos previstos na presente lei, com exceção da isenção do IMI dos edifícios não afetos a atividades de interesse público." ---------- Esta isenção é concedida por deliberação da Assembleia Municipal, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro: "A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios.", conjugado com o n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém: "...a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente ás taxas a que se refere o presente regulamento.". ---------- Na presente data a estimativa referida é a que se segue: -----1. Entrada do processo: 200,10€; paga através da guia de recebimento n.º 07/295/2018 do dia 29-03-2018. -----2. Estimativa das taxas devidas para a emissão do alvará de obras: 1.140.82€ -----3. Entrada do Pedido de Autorização de Utilização: 100.40€ -----**4.** Emissão do Alvará de Utilização: **114.61**€--------- A Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama, conforme consulta informática ao site da Secretária-Geral da Presidência de Conselho de Ministros não é utilidade pública. --------- À consideração superior o pedido de isenção de todas as taxas no valor total de 1.555.93€ e devolução do valor já pago pela entrada do processo."----------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SUBMETER, DE NOVO, O PEDIDO DE ISENÇÃO DE TODAS AS TAXAS INERENTES AO PROCESSO EM CAUSA, A APRECIAÇÃO DA **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2, DO ARTIGO 16.º, DA LEI N.º 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, CONSIDERANDO O RELEVANTE SERVIÇO PRESTADO NO ÂMBITO DESPORTIVO,









ooxxxoo

000

<u>LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES</u>-----

---- 1. Relativamente ao processo registado sob o n.º 365/1995, de que é titular MÁRIO PEREIRA RODRIGUES, residente na Rua Dr. Francisco Joaquim Alves, n.º 100, 1.º direito, nesta Cidade, a que corresponde o alvará de licença n.º 361/1998, referente à construção de um pavilhão, no lote n.º 72, da Zona Industrial de Ourém, sita em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste Concelho, foi apresentada a informação n.º 104/2018/DOT/cm0766, de 31 de outubro findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se transcreve: "A obra não foi realizada nos termos da licença n.º 361/1998 (valida até 10/04/2012, segundo informação da fiscalização que se transcreve parcialmente: "(...) verificamos que a obra em causa, está a ser construída ao abrigo do alvará de licença n.º 114/2018". ---------- Tendo em conta que para o mesmo lote da zona industrial há duas licenças e qua a obra está a ser construída ao abrigo da licença 114/2018 valida até 02-12-2019 informa-se que, deverá ser declarada a caducidade ao alvará de licença de obra n.º 361/1998 nos termos das alíneas a) do ponto 3 do artigo 71.º do RJUE, remetendo o referido alvará de licença a reunião de Câmara para proferir a caducidade nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do RJUE (As caducidades previstas no presente artigo devem ser declaradas pela câmara municipal, verificadas as situações previstas no presente artigo, após audiência prévia do interessado).--------- À consideração superior o teor da presente informação."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR MÁRIO PEREIRA RODRIGUES DE QUE TENCIONA DECLARAR A CADUCIDADE DA LICENÇA N.º 361/1998 E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. -----

---- 2. Foi apresentado processo registado sob o n.º 339/2014, de que é titular **DANIEL DIAS ANTUNES**, residente na Rua das Barrocas, n.º 22, na lugar de Mossomodia, da



- 2. A 08/04/2016, o requerente apresenta o projeto de especialidades, sendo este deferido a 05/05/2016, sendo o custo da licença de **622,13**; ------
- 3. O prazo de 1 ano para requerer a emissão do alvará de obras terminou a 06/05/2017;-----
- 4. O requerente não solicitou prorrogação do prazo para emissão de alvará, nos termos do n.º 2 do art.º 76 do RJUE; ------
- 5. A Fiscalização informou a 08/11/2018: "A obra em causa não foi iniciada" ----
- 7. No entanto, deixa-se à Consideração Superior que o processo seja remetido a Reunião de Câmara propondo-se aqui duas situações:-----
 - A) <u>Ser concedido um prazo improrrogável</u> a definir superiormente, para proceder ao pedido de emissão do alvará de obras e assim não proferir a caducidade nos termos do n.º 5 do art.º 71.º do RJUE (As caducidades previstas no presente artigo devem ser declaradas pela Câmara Municipal, verificadas as situações previstas no presente artigo, após audiência prévia do interessado), ou; -------
 - B) <u>Ser dada a caducidade</u> nos termos do n.º 5 do art.º 71.º do RJUE (já acima descrito)." ------

------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR **DANIEL DIAS ANTUNES**, DE QUE TENCIONA DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 122.º, DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE, POR ESCRITO, SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO.--

ooxxxoo

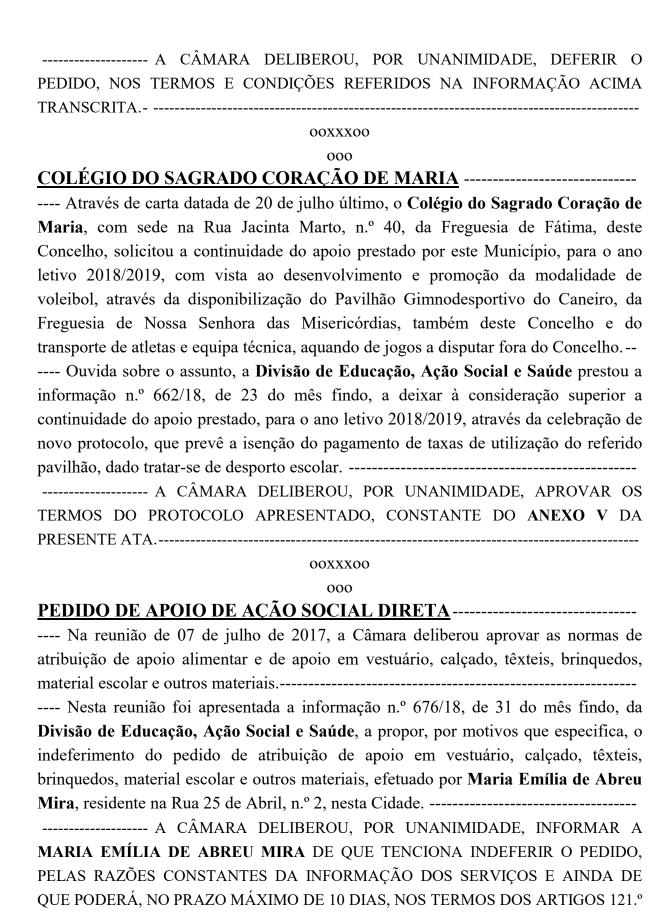
000

<u>PEDIDO DE DESTAQUE</u> ------

---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 1585/2018, de LUÍS MANUEL VAZ PEREIRA, residente na Estrada Coelho Prazeres, n.º 105, na localidade de

Maxieira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a solicitar, que do prédio rústico, sito em Chã Grande, da referida localidade, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 13921 e inscrito na matriz rústica sob o artigo n.º 18251 da dita Freguesia de Fátima, seja destacada uma parcela de terreno, com a área de 752 m², ficando a confrontar a norte com Rosária de Jesus Pereira Oliveira, a sul e a nascente com Vítor Antunes e a poente com caminho público. --------- O processo encontra-se instruído com a informação n.º 345/2018/DOT/cm1151, de 31 de outubro findo, da Divisão de Ordenamento do Território, que a seguir se reproduz na íntegra: "1. Da pretensão -----1.1-Trata-se de um pedido de destaque, dentro do perímetro urbano, do qual resultam duas parcelas: ----parcela a destacar: 752m2; -----parcela sobrante: 752m2. -----1.2. A pretensão localiza-se na rua da Chã, lugar de Macieira, freguesia de Fátima. -2. Da localização -----2.1-De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada pela DOT-SIG (fls. 22-27), nos termos do PDMO, a parcela originária localizase espaço urbano de nível 3 com a condicionante caminho municipal. -----3. Do RJUE-----3.1-A parcela, objeto de operação de destaque, insere-se dentro de perímetro urbano, pelo que a pretensão deve observar o disposto no n.º 4 do art.º 6º do RJUE.-----3.2-Face à planta apresentada, a operação de destaque está de acordo com o n.º 4 do art.º 6º do RJUE, atendendo a que as duas parcelas, resultantes do destaque, confrontam com arruamento público.-----4. Conclusão --------- Face ao exposto no ponto 3, não se vê inconveniente no pedido condicionado ao disposto no n.º 6 e n.º 7 do art.º 6º do RJUE, designadamente: ----na área correspondente ao prédio originário, não é permitido efetuar novo destaque, por um prazo de dez anos contados da data do presente destaque; --o ónus do não fracionamento deve ser inscrito no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.--------- À consideração superior." -----



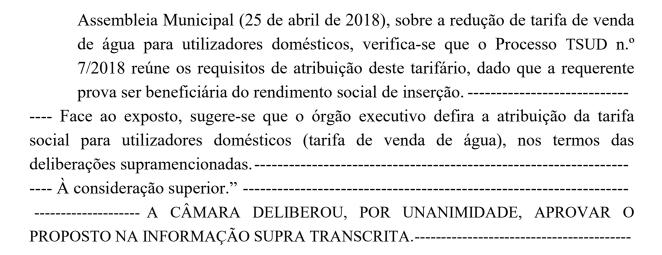




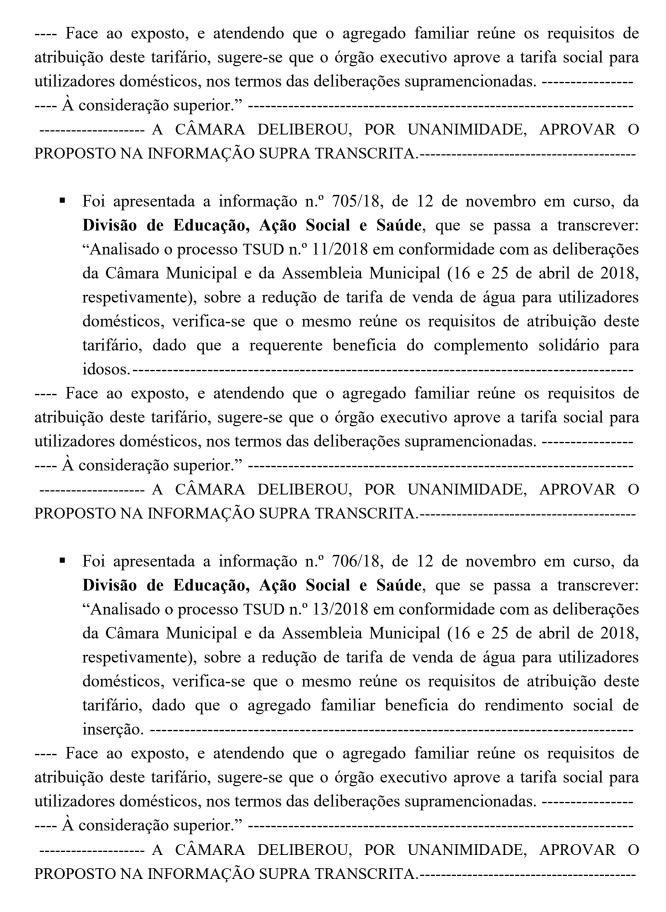
E 122.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO. -----ooxxxoo 000 TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA – PEDIDOS DE ATRIBUIÇÃO DE TARIFA SOCIAL------= 1. UTILIZADORES DOMÉSTICOS = ------Foi apresentada a informação n.º 678/18, de 05 do mês em curso, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, que se passa a transcrever: "Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal (16 de abril de 2018) e da Assembleia Municipal (25 de abril de 2018), sobre a redução de tarifa de venda de água para utilizadores domésticos, verifica-se que o Processo TSUD n.º 8/2018 não reúne os requisitos de atribuição deste tarifário, dado que o agregado familiar não prova enquadrar-se em nenhum dos seguintes benefícios (prestações sociais): -----a) Complemento Solidário para Idosos; ----b) Rendimento Social de Inserção;----c) Subsídio Social de Desemprego; -----d) 1.º Escalão do Abono de Família;----e) Pensão Social de Invalidez. --------- Mais se verifica que o rendimento per capita, em 2017, é de 329,45€, valor superior à pensão social (207,01€, em 2018). --------- Face ao exposto, sugere-se que o órgão executivo delibere a intenção de indeferir o pedido de tarifário social para utilizadores domésticos, relativo à tarifa de venda de água, e que o requerente seja notificado nos termos da audiência dos interessados. --------- À consideração superior." ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INFORMAR O/A REQUERENTE DE QUE TENCIONA INDEFERIR O PEDIDO, PELAS RAZÕES CONSTANTES DA INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS E AINDA DE QUE PODERÁ, NO PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 121.º E 122.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PRONUNCIAR-SE SOBRE A EVENTUALIDADE DE TAL DECISÃO.-----

Foi apresentada a informação n.º 679/18, de 05 do mês que decorre, da **Divisão de Educação**, **Ação Social e Saúde**, que se passa a transcrever: "Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal (16 de abril de 2018) e da

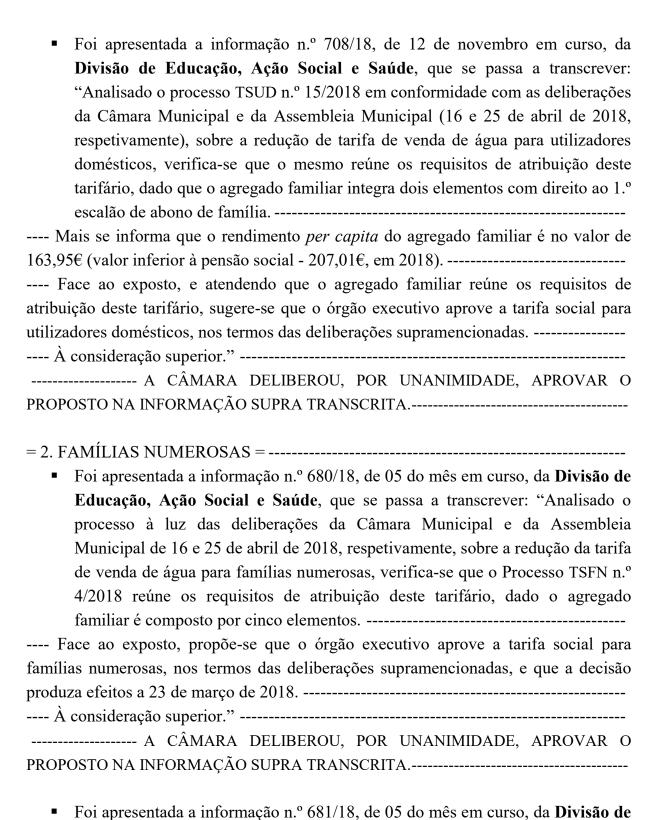






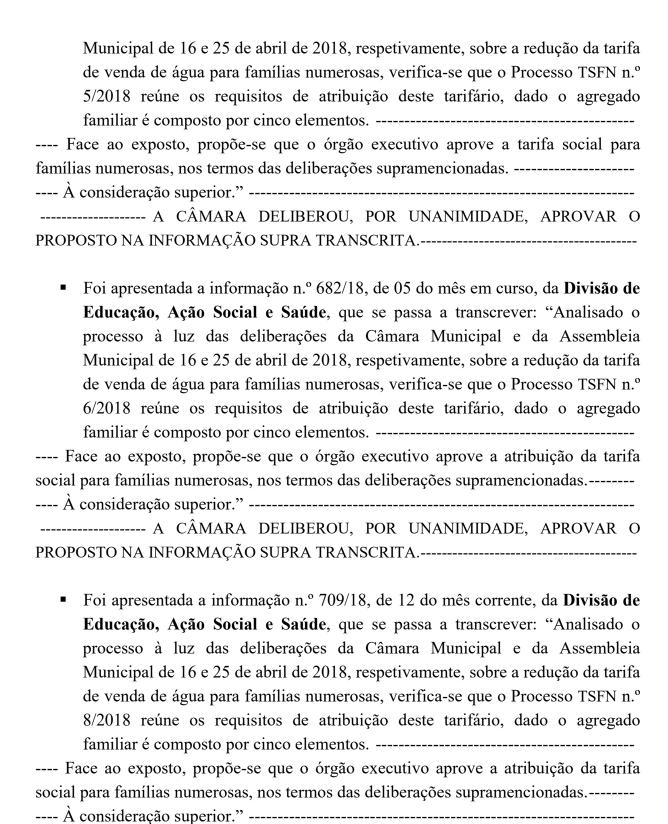






Educação, Ação Social e Saúde, que se passa a transcrever: "Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia



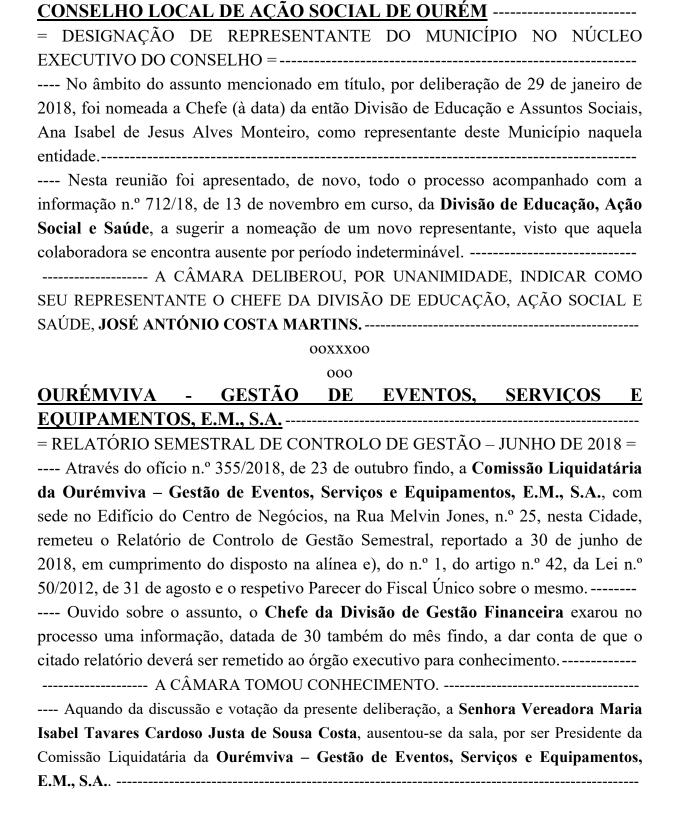


------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROPOSTO NA INFORMAÇÃO SUPRA TRANSCRITA.-----



ooxxxoo

000





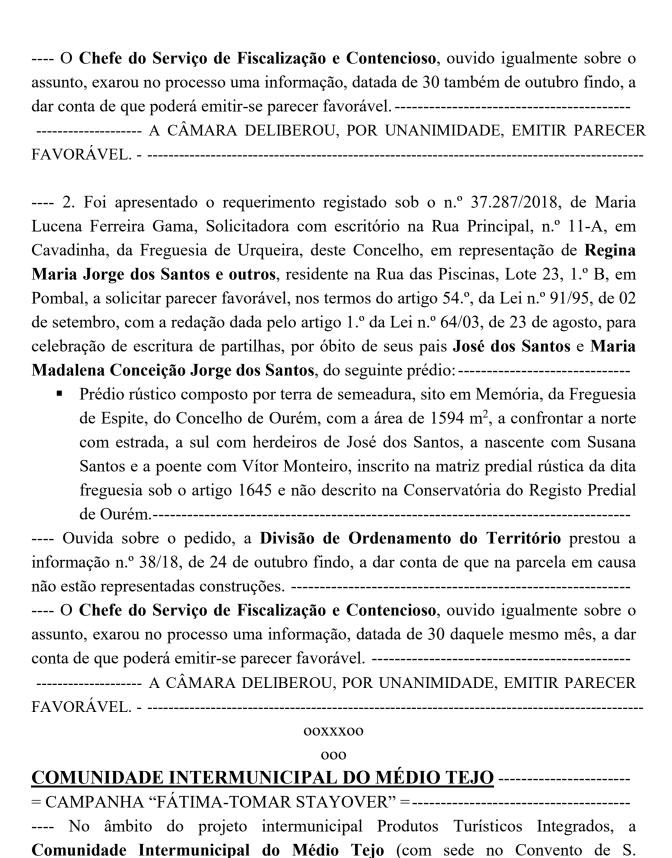
ooxxxoo

000

AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES OU CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)------

- Prédio rústico composto por terra de mato, sito em Vale das Colmeias, da Freguesia de Atouguia, do Concelho de Ourém, com a área de 2334 m², a confrontar a norte com Manuel Joaquim Pereira, a sul com serventia, a nascente com Armando Pereira Coelho e a poente com Luís Rosa dos Santos, inscrito na
 - matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo 6912 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;-----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Ordenamento do Território** prestou a informação n.º 32/18, datada de 19 do mês findo, que se encontra anexa ao processo. -



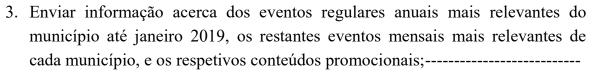
Francisco, na Avenida General Bernardo Faria, na Cidade de Tomar), através da carta registada sob o n.º 34.551/2018, remeteu documentos de adesão à campanha supra

mencionada, nomeadamente termos e condições e proposta de protocolo de parceria a celebrar com os Municípios associados.--------- Ouvido sobre o assunto, o Serviço de Turismo e Relações Internacionais prestou a sua informação n.º 38/18, de 07 de novembro corrente, que se passa a transcrever: "O Município de Ourém, como membro da CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, associa-se à campanha 'Fátima-Tomar StayOver' – projeto assente na realização de uma ação promocional conjunta da região na qual todos os empresários do setor do turismo (alojamento, animação e restauração) são chamados a participar como parceiros de forma a envolver todos os intervenientes neste projeto. Esta ação vai decorrer na primavera / verão de 2019. --------- Conforme refere os termos da campanha, o 'Fátima-Tomar StayOver' tem como objetivo promover a região enquanto destino turístico integrado, vocacionado para a realização de férias, retiros ou escapadas mais prolongadas dirigidas a diferentes segmentos e demonstrar o potencial do território para motivações combinadas de lazer, recreio ou espiritualidade, capaz de proporcionar experiências memoráveis. Com esta campanha pretende-se incentivar e premiar a reserva antecipada de estadas mais prolongadas e dar a conhecer as experiências, produtos e serviços turísticos da região. ---- A campanha 'Fátima-Tomar StayOver' e os benefícios a proporcionar ao cliente, aplica-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que tenham efetuado reservas diretas antecipadas com duração igual ou superior a duas noites, a realizar nas unidades de alojamento do Médio Tejo parceiras da campanha e que no momento da sua estadia solicitem a adesão a esta campanha (estadas que decorram entre 15 de abril e 15 de setembro de 2019; e pedidos de reserva que tenham início a 13 de março). A adesão a esta campanha por parte dos clientes (turistas) inclui três benefícios cumulativos, nomeadamente: ------Oferta de experiências gratuitas na região do Médio Tejo,-----Entradas gratuitas em espaços de cultura e lazer com bilhética; -----Descontos exclusivos, reduções de preço de tabela em produtos e serviços. --------- A CIMT remete ao Município de Ourém proposta de adesão a este projeto, tendo associadas as seguintes responsabilidades:-----1. Ceder entradas ou utilizações gratuitas para os clientes da campanha 'Fátima-Tomar StayOver' nos espaços, serviços ou eventos temáticos do município, que

possuam bilhética;-----

gratuitamente para conceder o usufruto das atividades aos clientes *StayOver* durante a campanha; ------

2. Assegurar os procedimentos relativamente aos espaços/ serviços cedidos



- 4. Participar nas ações promocionais que sejam realizadas para esta ação, bem como colaborar na definição de roteiros regionais;-----
- 5. Partilhar um portfólio fotográfico do concelho detido pela autarquia, enquanto contributo para a organização de um banco de imagens, cedendo os respetivos créditos para uso exclusivo da CIMT nos diferentes suportes comunicacionais.

creditos para uso exclusivo da CIMT nos diferentes suportes comunicacionais.
Conforme proposto pela CIMT, dando continuidade à divulgação do programa
'Fátima-Tomar StayOver', informa-se que estão organizadas sessões de divulgação
para aos agentes do Turismo no dia 8 de novembro, no Salão do antigo edifício dos
Paços do Concelho e de forma a abranger todos os interessados, assentarão em três
momentos:
10h00 - Empresas do setor hoteleiro,
14h30 - Empresas de animação turística,
16h00 - Estabelecimento de restauração e bebidas
Assim, com vista a associar o Município de Ourém à presente campanha, e em
articulação com a Divisão de Ação Cultural Eventos e Juventude, propõe-se a cedência
do seguinte:
• 50 Bilhetes de entrada gratuita com visita guiada no Museu Municipal de
Ourém - Casa do Administrador;
• 50 Bilhetes de visita guiada gratuita na Vila Medieval de Ourém
Deixa-se à consideração superior, a adesão a este projeto da CIMT nos moldes
apresentados, a concretizar com a assinatura do protocolo em anexo."
A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, ADERIR À
CAMPANHA "FÁTIMA-TOMAR STAYOVER" E APROVAR OS TERMOS DO
PROTOCOLO DE PARCERIA PROPOSTO

ooxxxoo

000

<u>SANTUARIOS DA EUROPA – MARIAZELL (AUSTRIA)</u>
= RELATÓRIO DE DESLOCAÇÃO =
O Sanhar Prosidente enrecentou o relatório de declacação a Mariazell (Áustria



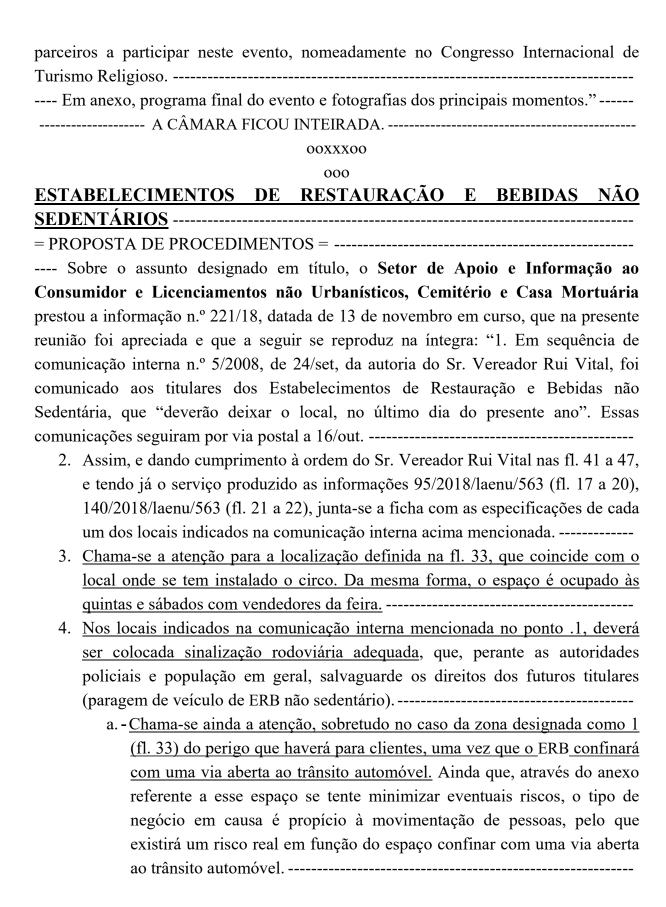
---- Nesta reunião do grupo Shrines of Europe, participaram os representantes dos seguintes locais de peregrinação mariana: -----Altötting (Alemanha) – comitiva liderada pelo Presidente Herbert Hofauer;-----• Lourdes (França) – comitiva liderada pelo Presidente Josette Bordeu;-----Loreto (Itália)- comitiva liderada pelo Presidente Paolo Niccoletti; ------• Fátima (Portugal)- comitiva liderada pelo Presidente Luís Albuquerque;------Einsiedeln (Suíça) - comitiva liderada pelo Presidente Franz Pirker. -----• Mariazell (Aústria) - comitiva liderada pelo Presidente Manfred Seebacher; -------- Apenas não esteve representado o Município polaco de Czestochowa uma vez que, por coincidência, no dia 21 de outubro se realizaram as eleições autárquicas naquele país. --------- Conforme deliberação camarária de 01 de outubro de 2018, acompanhou-me na presente deslocação o técnico Dr. Fernando Paquim e o Prof. Doutor Carlos Costa da Universidade de Aveiro – Coordenador da proposta apresentada aos parceiros. Com vista a aprofundar o seu conhecimento relativamente ao grupo e aos diversos parceiros, entendeu o Professor Carlos Costa convidar (assumindo a empresa IDTOUR os custos da sua deslocação) os dois consultores que se encontram a trabalhar no projeto de parceria com o Município de Ourém, Nuno Lopes e Tiago Lopes. ---------- A reunião assentou na seguinte ordem de trabalhos:-----1. Boas vindas pelo Presidente de Mariazell - Manfred Seebacher -----2. Minuto de silêncio por Jean Michel Larroche (chefe de gabinete da Presidente de Lourdes e elemento da equipa de trabalho do grupo Shrines of Europe) -----3. Apresentação dos membros das delegações -----4. Apresentação da proposta "Shrines of Europe – Visão 2021" -----5. Discussão da proposta "Shrines of Europe – Visão 2021" -----6. Novas admissões ------7. Estrutura organizativa-----8. Marketing--------- Conforme previsto, o principal ponto da ordem de trabalhos da reunião foi a apresentação pelo Município de Ourém da proposta "Shrines of Europe – Visão 2021". Este documento preparado pelo Município de Ourém, com o apoio da Universidade de Aveiro e da IDTOUR, empresa ligada à Universidade e especializada no desenvolvimento de projetos de investigação e consultoria estratégica na área do Turismo, tem como objetivo a revitalização e o aprofundamento do trabalho levado a cabo pelo grupo. ------



---- A proposta (que tinha sido enviada antecipadamente pelo Município de Ourém) foi bem aceite pelos parceiros. Em resultado da discussão efetuada, os parceiros apresentaram contributos de melhoria e apontaram os eixos de trabalho a aprofundar: -

- Revisão / consolidação do Plano de Atividades; ------
- Modelo de financiamento e candidaturas a fundos europeus;-----
- Modelo de governance / Organização. -----
- ---- Conforme Ordem de trabalhos, foram discutidas duas novas adesões ao grupo: ----
 - Sob proposta do Município de Altoetting, a adesão do Município alemão de Kevelaer – após votação não obteve unanimidade a adesão deste Município que detém o segundo maior Santuário alemão; ------
 - Sob proposta do Município de Czestochowa, a adesão do Município de Belém (Palestina) após votação não obteve unanimidade a sua adesão; ------
- ---- Face aos argumentos apresentados, foi aprovada a proposta de que possa o Município de Belém apresentar os seus argumentos de base ao pedido de adesão ao grupo "Shrines of Europe". Esta apresentação foi apontada para o próximo dia 8 de março, em Fátima, aquando da deslocação dos parceiros para participação no Congresso Internacional de Turismo Religioso.-----

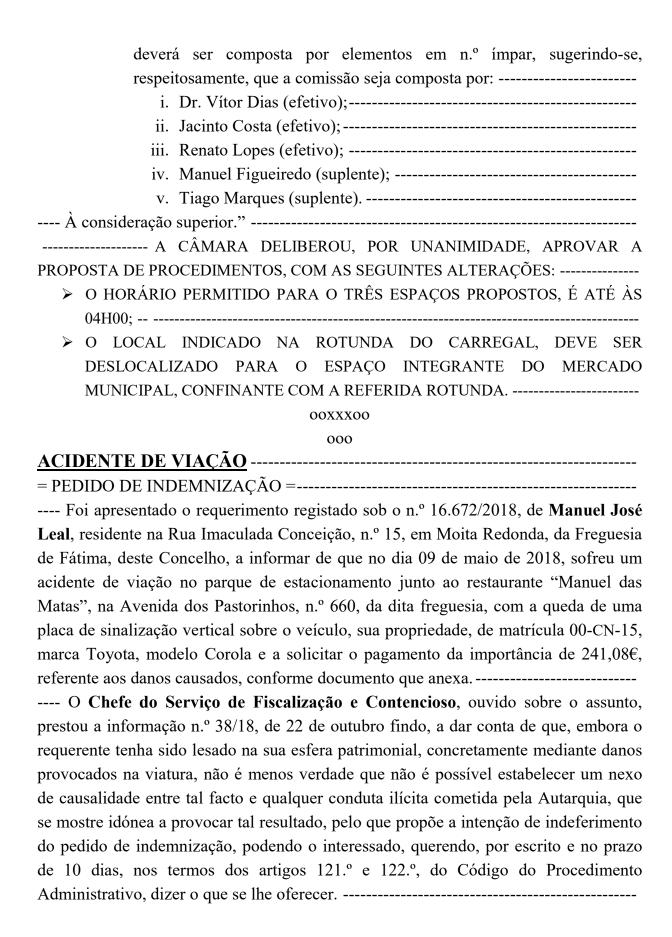
- ---- Tive a oportunidade de dar conta da 7ª edição do Workshop Internacional de Turismo Religioso a realizar em Ourém de 7 a 9 de março de 2019 e convidei todos os



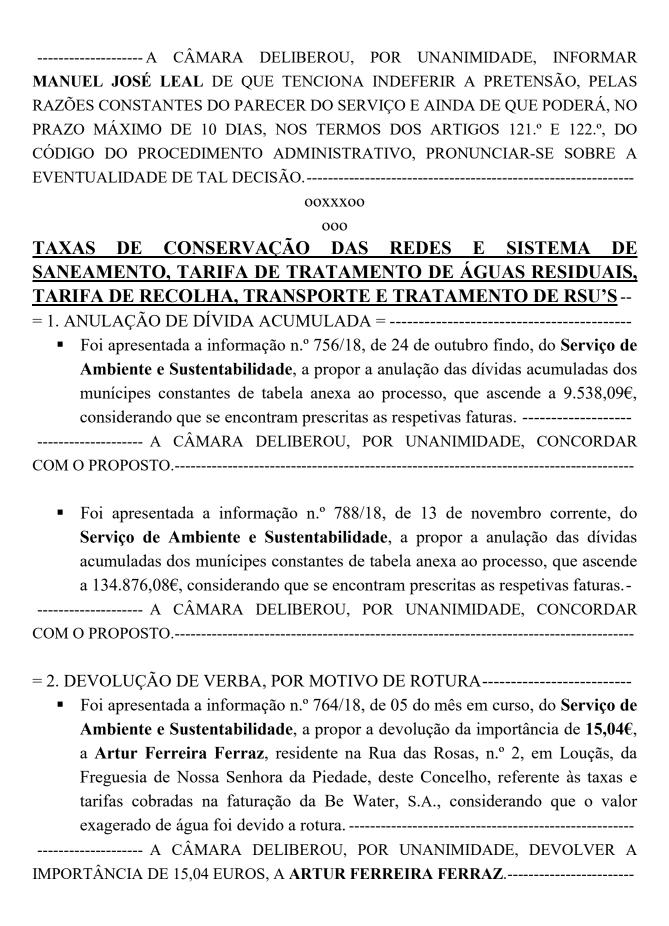


5.	Deverá ser elaborado edital a publicitar o procedimento, com as seguintes
	condições e procedimentos indicados em anexo, caso mereçam a concordância
	da Câmara Municipal. De forma resumida:
	aO procedimento visa permitir a instalação de ERB não sedentários,
	durante um período de dois anos;
	bÉ determinado um preço base para cada espaço, em função dos
	equipamentos que cada um permite instalar;
	cÉ permitida a instalação de esplanada em todos os espaços, exceto o
	designado por 'zona 1' (travessa da Ponte da Ferraria, ao
	estabelecimento comercial designado 'intermarché');
	dÉ definido o horário em que é permitido o funcionamento, sendo que no
	espaço designado por 'zona 3' (à rotunda do pinheiro) é permitido o
	funcionamento ininterrupto; nos outros dois espaços não é permitido o
	funcionamento entre as 02h00 e as 08h00;
	eO espaço será atribuído ao proponente que satisfaça as presentes
	condições e que apresente a proposta de valor mais elevado;
	fOs proponentes deverão ter certificado HACCP e possuir seguro de
	responsabilidade civil;
	gOs lugares que permaneçam livres podem ser adjudicados diretamente,
	pelo período remanescente
6.	A publicitação mencionada no ponto anterior (elaboração de edital) deverá
	ocorrer também no 'Balcão do Empreendedor', por força da al. a) do art.º 138.º,
	conjugado com al. a) do n.º 1 do art.º 80.º, todos do anexo ao Decreto-Lei n.º
	10/2015, de 16/janeiro
7.	Neste sentido, deverá a Câmara municipal:
	aAprovar as condições e procedimentos mencionados nos documentos
	anexos (fls. 41 a 48);
	bIncumbir o serviço de expediente de elaborar o edital respetivo e
	promover a sua divulgação nos 'locais de estilo';
	cIncumbir o serviço de informática de promover a publicitação no 'Balcão
	do Empreendedor' e site do município;
	dIncumbir o serviço de trânsito de providenciar as diligências que tenha
	como necessárias para a colocação da sinalização adequada e de
	proceder à respetiva comunicação à PSP e GNR;
	e Determinar a composição da comissão de abertura e análise de propostas,
	a quem incumbirá dar andamento a todo o processo. Essa comissão

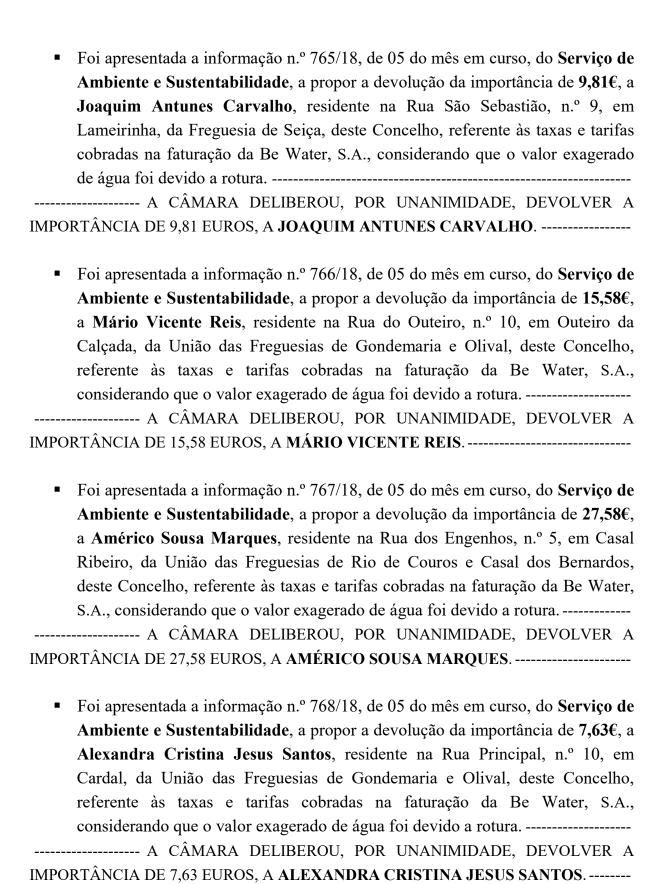




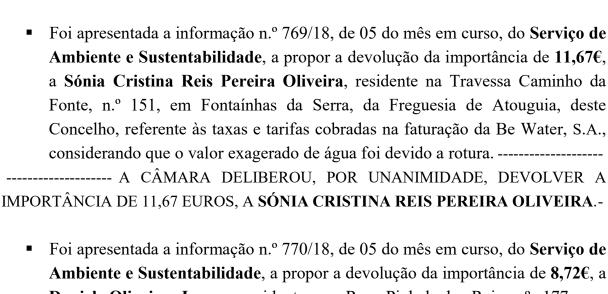


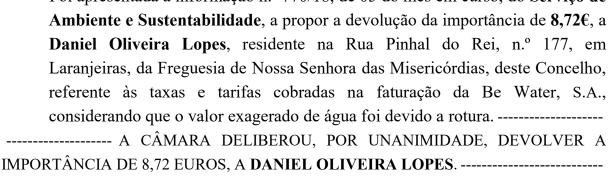




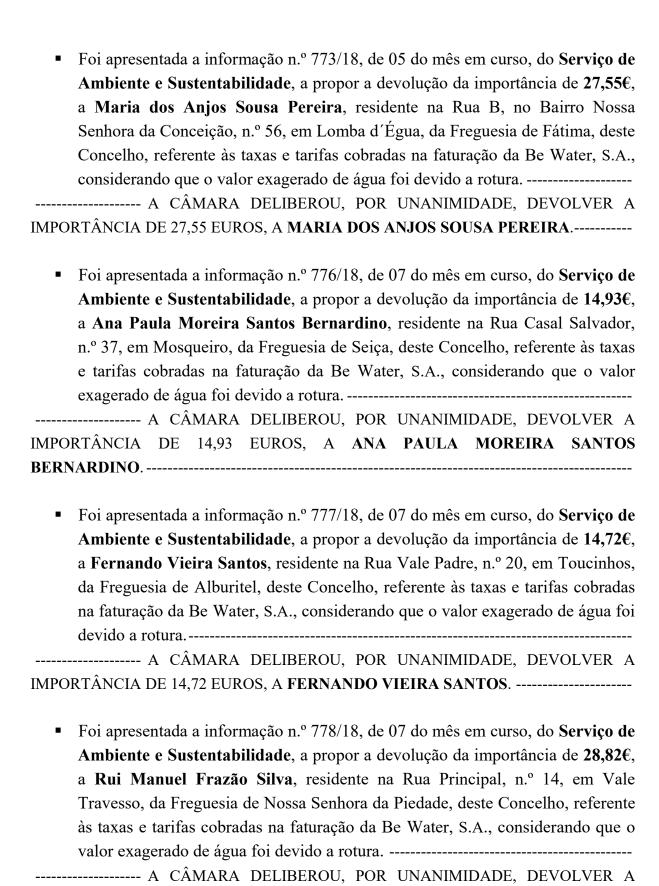












IMPORTÂNCIA DE 28,82 EUROS, A **RUI MANUEL FRAZÃO SILVA-----**



ooxxxoo

EXPEDIENTE,



Fórum Cultural de Ourém

Principais razões para a realização de um novo projeto e mais valia desta opção:

1. O projeto anterior não cumpria em pleno os propósitos e princípios de reabilitação do antigo mercado municipal.

Não obstante a emissão de parecer pela DAC sobre o valor do edifício como bem cultural, sendo uma obra arquitetónica de autor, a equipa projetista não conciliou convenientemente a conceção do projeto com o princípio da reabilitação pretendido.

Reiterada a recomendação da CMO para a reabilitação do existente, apresentou uma proposta de alteração que se confinava à preservação do alçado norte, quando o projeto de reabilitação deveria integrar o edifício original no seu conjunto como peça arquitetónica a manter.

- 2. O início do anterior projeto não teve por base o programa da biblioteca e arquivo, mas o apoio ao associativismo. Quando foi introduzido o programa dos dois serviços (biblioteca e arquivo), pela sua complexidade, obrigou a um conjunto de adaptações que não tiveram a mesma eficácia que teria um projeto quando é suportado desde o início por um programa base.
- 3. A volumetria do edifício é excessiva e colide com a comunicação com a envolvente, designadamente com a Vila Medieval.
- 4. A proposta orçamental superava os 5 milhões de euros.
- 4. Houve um esforço, conciliado com a DGLAB, para otimizar os espaços da Biblioteca e Arquivo, numa linha de maior consciência e flexibilidade da tutela em relação aos programas tipo das Bibliotecas que vigorou durante vários anos, inclusivamente durante o período em que foi elaborado o anterior projeto (Ourém seria BM tipo 2 com áreas e espaços rígidos e superiores aos previsivelmente necessários).



Reunião de Presidentes de Junta

Em resposta ao solicitado pelos vereadores do Partido socialista, tenho a informar o jantar/reunião de trabalho corrida a 24 de outubro com os(as) Ex.mos(as) Srs.(as) Presidentes de Junta de Freguesia se enquadra numa política de proximidade e respeito institucional.

O objetivo da reunião foi essencialmente de os auscultar e simultaneamente efetuar um balanço coletivo do ano de mandato e informá-los da estratégia do executivo, a explanar no orçamento de 2019, em relação a cada um dos seus territórios.

De forma resumida, os assuntos abordados na reunião foram:

- 1 Orçamento 2019;
- 2 Situação do Adjunto Luís Serras de Sousa;
- 3 Outros assuntos Auscultação dos(as) Presidentes de Junta de Freguesia.

Em relação ao orçamento, foi efetuada pelo uma breve explanação do que estava previsto, pelo executivo, para cada um dos territórios do concelho.

No final cada presidente explanou a sua opinião sobre os mais diversos assuntos.



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 19/11/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas:
 - 1. Reunião de Câmara de 29 de outubro de 2018;
 - 2. Reunião de Câmara de 05 de novembro de 2018.

1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

= Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – 2018/2027 – Informação n.º 445/18, de 05 de novembro corrente, do Serviço Municipal de Proteção Civil.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Aquisição de terrenos para construção do Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima Protocolo de colaboração Informação n.º 113/18, de 13 de novembro em curso, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Equipas de Intervenção Permanente Protocolos com a Autoridade Nacional de Proteção Civil Informação n.º 114/18, de 13 de novembro em curso, do Chefe da (DGF);
- = Empréstimo de curto prazo (Tesouraria) 2019 Análise de propostas Informação n.º 115/18, de 13 de novembro corrente, do Chefe da DGF.

2.1. SETOR DE PATRIMÓNIO

= Avaliação de parcela de terreno – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Ourém – Informação n.º 100/18, de 07 do corrente mês, do Setor de Património.

2.2. SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = P129/2018 Reabilitação do Cine-teatro Municipal de Ourém Ata n.º 1, de 29 de outubro de 2018, do Júri;
- = Contas finais:
 - 1. P017/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação e ramais domiciliários Estrada das Galegas Gondemaria Ourém;
 - 2. P023/2010 Redes e sistemas de abastecimento de água Ampliação da rede de abastecimento de água Rua São João Vicente Casal da Igreja Formigais;
- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Cedência de posição contratual Contrato com a Tagusgás Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. Informação n.º 448/18, de 25 de outubro findo, do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento (SCPA);



- = Listagem de ajustes diretos simplificados Informação n.º 471/18, de 07 de novembro em curso, do SCPA;
- = P088/2018 PEDIME Centro Local para a Promoção do Sucesso Educativo (CLPSE) Contratação de Prestação de Serviços (Recursos Humanos) para integrar Equipa Multidisciplinar de 5 pessoas por um período de 18 meses Relatório final Informação n.º 473/18, de 09 de novembro em curso, do SCPA;
- = P147/2018 PEDIME Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação do Médio Tejo/Fase 1 Revisão da Carta Educativa e Elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal Relatório final Informação n.º 474/18, de 12 de novembro em curso, do SCPA;
- = P148/2018 Reabilitação Viária do Concelho de Ourém Freguesia de Urqueira e Nossa Senhora das Misericórdias Informação n.º 480/18, de 13 de novembro em curso, do SCPA.

3. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS URBANOS

- = Pedidos de materiais:
 - 1. Carta registada sob o n.º 30.472//2015, da Junta de Freguesia de Fátima, a anexar pedido de Gregória Oliveira Rodrigues;
 - 2. Carta registada sob o n.º 3580/2018, da Junta de Freguesia de Urqueira, a anexar pedido de Manuel de Sousa Rodrigues;
 - 3. Carta registada sob o n.º 21.541/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedido de Carlos Oliveira Simões;
 - 4. Carta registada sob o n.º 23.181/2018, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, a anexar pedido de Luís Carlos Abreu Gomes;
 - 5. Carta registada sob o n.º 29.672/2018, da Freguesia de Seiça, a anexar pedido de Carlos Manuel da Silva Gomes;
 - 6. Ofício n.º 225/2018, de 20 de setembro transato, a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, a anexar pedido de Luís Armando Neto Simões;
- = P028/2016 Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase Trabalhos a menos Informação n.º 741/18, de 11 de outubro findo, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos (DOMSU);
- = P001/2017 Requalificação da Rua de Nossa Senhora dos Caminhos Freixianda Informação n.º 681/18, de 17 de setembro último, da DOMSU.

4. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Beneficiação/demolição de edificação Segurança e salubridade públicas:
 - 1. Auto de vistoria n.º 38/2018, de12 de setembro de 2018;
 - 2. Auto de vistoria n.º 43/2018, de 24 de outubro de 2018;
 - 3. Ofício de referência 147185/2018NPP-341-1, da Polícia de Segurança Pública Esquadra de Ourém, acompanhado com a informação n.º 121/2018/DOT/758, datada de 28 de agosto transato, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
 - 4. Carta registada sob o n.º 16.539/2018, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, acompanhada com a informação n.º 169/2018/DOT/cm0758, datada de 13 de novembro em curso, da DOT;
 - 5. Carta registada sob o n.º 19.717/2018, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, acompanhada com a informação n.º 160/2018/DOT/cm0758, datada de 13 de novembro em curso, da DOT;
 - 6. Carta registada sob o n.º 29.788/2018, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, acompanhada com a informação n.º 171/2018/DOT/CM0650, datada de 01 do mês findo, da DOT;



- 7. Informação registada sob o n.º 37.305/2018, da Seção de Fiscalização, sobre muro em risco de queda, sito na Rua Cidade de Ourém, em Lourinha Nossa Senhora da Piedade;
- = Pedidos de isenção de taxas:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 635/2017, do Clube Desportivo Vilarense;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 571/2018, da Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Vasco da Gama;
 - 3. Requerimento registado sob o n.º 1875/2018, da Casa Diocesana do Clero de Leiria Fátima;
- = Licenciamento de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 365/1995, de Mário Pereira Rodrigues, instruído com a informação n.º 104/2018/DOT/cm0766, de 31 de outubro findo, da DOT;
 - 2. Processo registado sob o n.º 339/2014, de Daniel Dias Antunes, instruído com a informação n.º 232/2018/DOT/cm1282, de 08 de novembro em curso, da DOT;
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 260/2018, de Luís Manuel Vaz Pereira e Rosário de Jesus Pereira de Oliveira, instruído com a informação n.º 345/2018/DOT/cm1151, de 31 de outubro findo, da DOT.

5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- = Colégio do Sagrado Coração de Maria Renovação de protocolo Carta, datada de 20 de julho último, do colégio;
- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação n.º 676/18, de 31 do mês findo, da DEASS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social:
 - 1. Utilizador doméstico:
 - Informação n.º 678/18, de 05 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 679/18, de 05 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 703/18, de 12 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 704/18, de 12 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 705/18, de 12 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 706/18, de 12 de novembro em curso, da DEASS;
 Informação n.º 708/18, de 12 de novembro em curso, da DEASS;
 - 2. Famílias numerosas:
 - Informação n.º 680/18, de 05 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 681/18, de 05 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 682/18, de 05 de novembro em curso, da DEASS;
 - Informação n.º 709/18, de 12 de novembro em curso, da DEASS;
- = Conselho Local de Ação Social de Ourém Designação de representante no Núcleo Executivo do Conselho Informação n.º 712/18, de 13 de novembro em curso, da DEASS.

6. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS E EXPEDIENTE

6.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

- = Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A. Relatório semestral de controlo de gestão Junho de 2018 Oficio n.º 355/2018, de 23 de outubro findo, da empresa municipal;
- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade:



- 1. Requerimento registado sob o n.º 36.783/2018, da Advogada Luísa da Graça, em representação de Luís Lopes, sobre prédios sitos nas Freguesias de Atouguia e de Nossa Senhora das Misericórdias;
- 2. Requerimento registado sob o n.º 37.287/2018, da Advogada Maria Lucena Ferreira Gama, em representação de Regina Maria Jorge dos Santos e outros, sobre prédio sito em Memória Freguesia de Espite.

7. SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- = Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo Campanha "Fátima-Tomar StayOver" Carta registada sob o n.º 34.551/2018, da referida entidade;
- = Santuários da Europa Mariazell (Austria) Relatório de deslocação Informação n.º 37/18, de 05 do corrente mês, do Senhor Presidente da Câmara.

8. SERVIÇO DE FISCALIZAÇAO E CONTENCIOSO

= Estabelecimentos de Restauração e Bebidas não sedentários – Proposta de procedimentos – Informação n.º 221/18, de 13 de novembro em curso, do Setor de Apoio ao Consumidor Licenciamentos não Urbanísticos, Cemitério e Casa Mortuária.

8.1. SECÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

= Acidente de viação — Pedido de indemnização — Requerimento registado sob o n.º 16.672/2018, de Manuel José Leal, sobre acidente ocorrido na Avenida dos Pastorinhos — Fátima, no dia 19/05/2018.

9. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Anulação de dívida acumulada:
 - Informação n.º 756/18, de 24 de outubro findo, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
 - Informação n.º 788/18, de 13 de novembro em curso, do SAS;
 - 2. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 764/18, de 05 de novembro em curso, do SAS
 - Informação n.º 765/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 766/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 767/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 768/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 769/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 770/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 771/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 772/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 773/18, de 05 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 776/18, de 07 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 777/18, de 07 de novembro em curso, do SAS;
 - Informação n.º 778/18, de 07 de novembro em curso, do SAS.



Câmara Municipal de Ourém, 14 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 05-11-2018 a 16-11-2018

Processo nº	Requerente	Local
1855/2018	Cristina Maria de Sá Inácio Loução	Rua Principal – Principal - Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1802/2018	Daniel Filipe Sousa Vieira	Travessa de São José – Lagoa do Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
1809/2018	David Raphael Figueiredo de Oliveira	Rua da Procissão, nº 1 – Vilões – Freguesia de Nossa Senhora da Piedade
1828/2018	Elsa Beatriz Neves oliveira	Rua dos Gaiolos – Eira da Pedra - Freguesia de Fátima
1110/2018	Euromolding – Madeiras, Lda.	Zona Industrial de Casal dos Frades, Lote 5 - Freguesia de Seiça
1831/2018	Fabiane Patrícia Gomes Pereira e Outos	Rua da Cooperativa – Lameira - Freguesia de Fátima
1604/2018	Fatiperfil- Serralharia Lda.	Rua dos Portais – Eira da Pedra – Fátima
1732/2018	Feliciano Marques António	Rua Rainha Santa Isabel – Carvoeira – Freguesia de Caxarias
1897/2018	Fernanda de Jesus da Silva Lino	Rua da Salgueira, nº 13 - Soutaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival
1966/2018	Hélder da Silva Reis	Rua D. Afonso IV Conde de Ourém, nº 369 – Carapita - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
181/2018	Hélder de Sousa Ubaldo	Rua da Fonte da Caldeira, nº 269 – Fátima - Freguesia de Fátima
1925/2018	José Ferreira Oliveira	Zambujal – Freguesia da Atouguia
1943/2018	Luís Carlos da Conceição Antunes	Ortiga – Freguesia de Fátima
1854/2018	Maria Emília de Jesus Gonçalves Vieira	Rua da Fonte – Beltroa - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
1832/2018	Maria Teresa de Jesus Pereira	Rua 1º de Janeiro – Lagoa da Pedra – Matas – da União das Freguesias de Matas e Cercal



1418/2018	Pedro Nuno Lopes Castelão	Fárrio – Ribeira do Fárrio – da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1829/2019	Rui Manuel Oliveira Rodrigues	Rua 1º de Janeiro – Lavradio – da União das Freguesias de Matas e Cercal
1965/2018	Tiago Alexandre santos Neves e Vanda Sofia Marques Severino	Rua D. Afonso IV Conde de Ourém, nº 361 – Carapita - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias
1881/2018	Vicente Matias dos Reis	Rua 13 de Maio – Cova da Iria – Freguesia de Fátima

Ourém, 19 de novembro de 2018

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DOT



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 05/11/2018 a 16/11/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
37780	Otis Elevadores, Ld. ^a	Reinspeção de elevador
37781	Otis Elevadores, Ld. ^a	Reinspeção de elevador
37782	Otis Elevadores, Ld. ^a	Reinspeção de elevador
37876	Habifátima – Comércio de Fátima, Ld. ^a	Inspeção de elevador
37879	Habifátima – Comércio de Fátima, Ld. ^a	Inspeção de elevador
37947	António Manuel Pereira Mendes	Inspeção de elevador
38892	Condomínio do Edifício Fatimae	Inspeção de elevador
38572	José de Almeida Pereira	Inspeção de elevador
38591	Iriatur – Empreendimentos Turísticos, S.A.	Inspeção de elevador
38889	Condomínio do Edifício Palmeira	Inspeção de elevador
38884	Condomínio do Edifício Travessa da Castela, n.º 21	Inspeção de elevador
38881	Condomínio do Prédio Av. D. Nuno Alvares Pereira, n.º 65	Inspeção de elevador
38571	José de Almeida Pereira	Inspeção de elevador
37896	Modelcare – Centro de Valorização e Recuperação Humana, Ld.ª	Inspeção de elevador
38592	Iriatur – Empreendimentos Turísticos, S.A.	Inspeção de elevador
37894	ThyssenKrupp Elevadores, S.A.	Inspeção de elevador
37893	ThyssenKrupp Elevadores, S.A.	Inspeção de elevador
38206	Catarina Manuela Vieira Antunes Silva Gonçalves	Inumação de cadáver

Ourém, 19 de novembro 2018

Vítor Manuel de Sousa Dias



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO
HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÁTIMA – "AQUISIÇÃO DE TERRENOS
PARA CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE BOMBEIROS DE FÁTIMA"

Considerando que:

- a) De acordo com a Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), a proteção civil é uma atividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram, circunstância que deriva numa atividade permanente, multidisciplinar e plurissectorial;
- b) A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima (AHBVF), através do seu corpo de bombeiros, é um agente de proteção civil, em observância ao disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, a qual aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, desempenhando um papel fulcral em matéria de prevenção e socorro de pessoas e bens na sua área de intervenção adstrita ao concelho de Ourém;
- c) O Corpo de Bombeiros é uma estrutura operacional de referência obrigatória nessa missão de defesa e salvaguarda de pessoas e bens, treinada e preparada para agir com prontidão, constituindo um elo privilegiado de intervenção prioritária num vasto leque de ocorrências, detendo infraestruturas organizativas e de trabalho que permitem, sob diversos regimes de permanência e execução, um atendimento da população 24 horas por dia, todos os dias do ano;
- d) A AHBVF tem uma evidente lacuna no que concerne à existência de uma infraestrutura de apoio operacional à sua atividade, usualmente denominada de quartel de bombeiros.
- e) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da proteção civil, de acordo com alínea j) do n.º 2, do art. 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (adiante designado por RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- f) O Município de Ourém pretende dotar a associação de melhores recursos, especificamente a Construção de um Quartel de Bombeiros em Fátima.



Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, pessoa coletiva com o NIPC 503 677 370, com sede na Av. D. José Alves Correia da silva, n.º 326-330, apartado 127, 2495-908 Fátima, representada neste ato pelo Presidente da Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fátima, Amorim Pereira Gonçalves.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

Constitui objeto do presente protocolo de colaboração a atribuição de um apoio financeiro, a concretizar monetariamente e em espécie, consignado à aquisição de terrenos, tendo em vista a edificação do Quartel de Bombeiros de Fátima.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Apoio financeiro)

- 1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 500.000,00€ (Quinhentos Mil euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte, ao qual acresce a doação de terreno identificado no Anexo-I, cujo valor de avaliação é de 126 mil euros.
- 2. O terreno identificado no Anexo-I, deverá ser alienado pelo Segundo Outorgante, consignando o valor concretizado com a venda à aquisição de terrenos para implementação do Quartel de Bombeiros de Fátima, devendo o valor obtido ser



comunicado ao Primeiro Outorgante, no prazo máximo de 30 dias após a sua concretização.

- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido nos números 1 e 2 da presente cláusula.
- 4. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 100.000,00 euros (Cem Mil Euros), em dezembro de 2018;
 - b. 200.000,00 euros (Duzentos Mil Euros), em novembro de 2019;
 - c. 200.000,00 euros (Duzentos Mil Euros), em novembro de 2020.
- O pagamento da segunda tranche e seguintes prestações está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 4. O pagamento será efectuado por transferência bancária, para a conta bancária da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fátima, com o número de identificação bancária _______ da entidade bancária _______, conforme declaração em Anexo II, a qual faz parte integrante do presente contrato-programa.
- 5. Para os efeitos de fundamentação do valor atribuído e, consequente, ao pagamento da segunda tranche, ao valor previsto na alínea a) do número 1 da presente cláusula, acresce o montante que se vier a concretizar inerente à alienação do terreno que será objeto de doação pelo Primeiro Outorgante, identificado no Anexo-I do presente protocolo.



CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações genéricas do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente protocolo de colaboração;
- Aplicar e administrar corretamente o apoio que lhe está a ser concedido tendo em conta o objeto do presente protocolo de colaboração;
- c) Atender, na sua atuação, aos critérios de eficácia e eficiência na gestão do apoio que lhe está a ser concedido;
- d) Divulgar no âmbito do objeto ao abrigo do presente protocolo "Apoio do Município de Ourém", devendo esta evidência estar identificável no imóvel objeto de intervenção;
- e) Cumprir o estabelecido no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro), considerando que a ação em causa é financiada maioritariamente por recursos públicos;
- f) Os terrenos a adquirir deverão reunir condições para a edificação pretendida, observando os requisitos urbanísticos aplicáveis, designadamente os instrumentos territoriais vigentes;
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.
- i) Manter nas suas instalações, dossier devidamente organizado, com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem como os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e, disponibilizá-los (diretamente ou através dos seus representantes legais ou institucionais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante três anos após o término do presente protocolo;
- j) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direção-Geral dos Impostos.



CLÁUSULA QUINTA

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

- Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula primeira, deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto de apoio definido.

CLÁUSULA SEXTA

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Acompanhamento e fiscalização da obra objeto de apoio)

A execução física da obra será objeto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA OITAVA

(Revisão do Protocolo de Colaboração)

O presente protocolo de colaboração pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário ou, unilateralmente, pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso Interesse Público.

CLÁUSULA NONA

(Incumprimento, rescisão e sanções)

 O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente protocolo de colaboração constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte



- do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.
- O incumprimento do presente protocolo de colaboração constitui impedimento para a apresentação de novo Pedido de Atribuição de Apoio por parte do Segundo Outorgante durante um período mínimo de 3 anos.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na cláusula terceira, o período de vigência do presente protocolo de colaboração inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração com	preende <u>7</u> folhas às quais se juntam
folhas respeitantes aos Anexos, que irão se	er rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da
folha 6, em virtude de conter as assinaturas d	dos mesmos.
Celebrado aos () dias do mês de	de 2018, em dois exemplares de
igual teor e validade, destinando-se cada um	deles aos seus Outorgantes.
Pelo Primeiro Outorgante	Pelo Segundo Outorgante
_	
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Amorim Pereira Goncalves

Albuquerque



PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

PREÂMBULO

Atendendo à ação o do Município de Ourém deve contribuir para a realização de projetos educativos, recreativos, desportivos com qualidade e com interesse para o Concelho e criar as condições favorecedoras ao desenvolvimento do diferente projeto educativo da escola do Concelho

- A Resolução da Assembleia da República n.º 94/2013, de 8 de julho de 2013, nº 5, através do qual é recomendado ao Governo que se "reforce a articulação entre o desporto escolar e o federado;
- 2. Que importa criar as condições favorecedoras no desenvolvimento do Projeto Educativo dos estabelecimentos de ensino do Concelho;
- Que o desporto escolar deve basear-se num sistema aberto de modalidades e de práticas desportivas que serão organizadas integrando, de modo harmonioso, as dimensões próprias desta atividade, designadamente o ensino, o treino a recreação e a competição;
- 4. Que o desporto escolar é um subsistema totalmente integrado no sistema educativo que poderá estabelecer ligações com os outros subsistemas, numa situação de igualdade institucional, nomeadamente no quadro das relações com os clubes e as federações desportivas, salvaguardando sempre o primado da educação, das suas estruturas próprias e da sua unidade de direção;
- A criação as condições favorecedoras ao desenvolvimento deste projeto desportivo, que permita o desenvolvimento da modalidade de voleibol no concelho e que favoreça as aprendizagens dos jovens que frequentam este estabelecimento ensino;
 - Foi elaborada uma proposta de protocolo que visa criar as condições de criação de uma equipa de voleibol federado, contribuindo deste modo para a concretização do seu propósito fundamental, designadamente "a promoção desportiva, pessoal e

F1.68 19/11/2018 Anexo V



social desta equipa de alunos e professores do Colégio do Sagrado Coração de Maria" e a concretização do Projeto Educativo desta Instituição de ensino.

Este protocolo implica:

- a. A isenção do pagamento das taxas de utilização do Pavilhão Municipal do Caneiro, dado tratar-se de Desporto Escolar;
- b. Que seja autorizada a realização do transporte dos atletas e corpo técnico, com recurso aos meios internos (veículos e motoristas) e, excecionalmente (apenas quando, internamente não for possível realizar o transporte), com recurso à contratação das deslocações por entidade externa (com recurso à contratação pública), entendendo-se este transporte enquadrar-se na prática de transportes para atividades do domínio escolar.

Pelo exposto e considerando as competências municipais em matéria de educação e desporto de acordo com a alínea d) e f) do art.º 23, Anexo I - Lei 75/2003, de 12 de setembro, celebra-se o presente protocolo de colaboração, que é subscrito pelas seguintes entidades:

Primeiro Outorgante: **Município de Ourém**, pessoa coletiva com o número 501 280 740, com sede na Praça D. Maria II, nº1, em Ourém, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

Segundo Outorgante: Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Portugal, pessoa coletiva com o nº 500 911 320, com sede na Rua Jacinta Marto, nº 40, 2495-450 Fátima, devidamente representado pelo seu diretor, Serafim Assunção e Costa. O presente protocolo rege-se pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I

Objeto

O presente protocolo tem por objeto criar condições que permitam o desenvolvimento da modalidade de Voleibol no concelho de Ourém, através da disponibilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro para treinos e jogos oficiais, assim como, a realização de transporte dos/as atletas e equipa técnica, para jogos a disputar fora do concelho de Ourém, durante a época desportiva de 2018/2019.



CLÁUSULA II

Obrigações assumidas pelos subscritores

1. O Município de Ourém obriga-se a:

- a) Colaborar nos transportes dos alunos e equipa técnica a jogos a disputar fora do Concelho, quando a competição for de âmbito nacional, de acordo com a disponibilidade dos serviços e mediante requisição prévia a apresentar pelo segundo outorgante;
- b) Disponibilizar o Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro para treinos e jogos oficiais.

2. O Colégio do Sagrado Coração de Maria obriga-se a:

- a) Implementar o projeto, de acordo com os termos da sua aprovação, dando cumprimento a todas as ações nele previstas;
- b) Promover o Município em todos os meios de promoção da equipa, em especial nos equipamentos oficiais de jogos (publicidade institucional);
- c) Respeitar as normas estabelecidas no documento "Normas Específicas de Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro";
- d) Cumprir e fazer cumprir toda a legislação existente, destinada a regular a prática da atividade física, nos recintos desportivos;
- e) Enviar ao Primeiro Outorgante ou empresa gestora do Pavilhão o calendário de treinos e provas relativos a cada época desportiva, assim como todas e quaisquer alterações ao referido calendário;
- f) Manter o material em boas condições para a prática desportiva, zelando pela sua conservação;
- g) Assegurar todos os termos do presente protocolo, até ao final do período de vigência do mesmo.

Cláusula III

Vigência

1. O presente protocolo é válido para o ano letivo de 2018/2019, produzindo efeitos a 1 de setembro, podendo ser renovado por períodos de um ano escolar, mediante solicitação do Município com a antecedência mínima de 30 dias face ao seu *terminus*.



2. O presente protocolo pode ser denunciado por qualquer dos subscritores, justificadamente e por escrito, com a antecedência mínima de 60 dias.

Cláusula IV

Disposições finais

O presente protocolo é constituído por três páginas, que serão rubricadas por ambos os subscritores, à exceção da última, que contém as respetivas assinaturas.

Ourém, de novembro de 2018

MUNICÍPIO DE OURÉM	COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA
O Presidente da Câmara	O Diretor
Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho	Serafim Assunção e Costa
Albuquerque	